

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 405 a 407/2012 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 027/2012 2

Projeto de Lei nº 033/2012 2

Decreto Legislativo nº 018/2012 2

Requerimentos nº 032 e 033/2012 3

Requerimento nº 036/2012 3

Indicação nº 008/2012 3

Ata da 595ª Sessão Extraordinária 3

Ata da 2140ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 408/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **ERIVAN FERREIRA DA SILVA**, Assistente Parlamentar V, para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 19.09 a 23.09.2012, com a finalidade de acompanhar equipe técnica a Escolas daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de setembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 409/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **DAVID EUGENE REGO**, Assistente Parlamentar IV, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 21.09 a 30.09.2012, com a finalidade de participar de curso de capacitação e visita as instalações da Agência Kintaw, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de setembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETO DE LEI
= PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA =
PROJETO DE LEI Nº 027 DE 21 DE MAIO DE 2012.

“Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2012, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88 e art.20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º da Lei nº 769, de 5 de abril de 2010, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 21 de maio de 2012.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

= PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA =
PROJETO DE LEI Nº 033 DE 2 DE JULHO DE 2012.

“Altera dispositivo da lei nº 809, de 4 de julho de 2011.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de julho de 2012.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 018 /12
Declara de Utilidade Pública a Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima - OMER.
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, a **Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima - OMER**, CNPJ nº 03.543.064/0001-27, fundada em 07 de dezembro de 1999 e sediada à rua José Aleixo, 1.889, bairro Asa Branca, nesta capital.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o caput deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 19 de setembro de 2012.

 Deputado **FRANCISCO SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputada **AURELINA MEDEIROS**

1ª Vice-Presidente

 Deputado **JALSER RENIER**

1º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 032/12

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **CHICO GUERRA**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196 e incisos I e XVII, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, convocar a Diretora-Presidente da CERR, os Secretários de Estado da SEFAZ, da SEPLAN, da SEINF e da Segurança Pública para **prestarem esclarecimentos e apresentar Plano de aplicação dos recursos financeiros constantes da Mensagem Governamental nº 036, de 20 de agosto de 2012 – Programa PROINVEST e em conjunto apresentar o instrumento que indique a capacidade de endividamento do Estado.**

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2012.

Deputados

REQUERIMENTO Nº 033/12

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **CHICO GUERRA**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c o inciso XV do art. 196 e art. 43 e §§, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que seja criada uma Comissão Especial Externa para **acompanhar o processo de liquidação do extinto Banco do Estado de Roraima – BANER junto ao liquidante.**

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2012.

Deputados

REQUERIMENTO Nº 036/12

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhora Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196 e incisos I e XVII, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a convocação Do Presidente do IPER, Sr Rodolfo de Oliveira Braga, para, que no dia 19 do corrente às 10h, prestar esclarecimentos junto à Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle e Administração, referente a situação e operações financeiras realizadas por aquela Instituição.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2012.

Deputados

INDICAÇÕES

=PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA=
GABINETE DO DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO
INDICAÇÃO Nº 008, DE 2012.

Indica a construção de uma Escola Estadual de Ensino Médio no Bairro Cidade Satélite.

CONSIDERANDO que o novel Bairro Cidade Satélite já possui parcela expressiva da população da capital boavistense, sendo inclusive, mais populoso que alguns bairros mais centralizados;

CONSIDERANDO a necessidade da descentralização das ofertas de vagas em instituições de ensino médio, o que obrigatoriamente deve acompanhar a distribuição geográfica da população assistida;

INDICO, nos termos do inciso VI, do § 1º, do art. 164 c/c art, 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de

Roraima, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, a **CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, NO BAIRRO CIDADE SATÉLITE.**

JUSTIFICATIVA

É do conhecimento de muitos que no Bairro Cidade Satélite não existe nenhuma instituição de ensino estadual - muito menos que forneça ensino médio àquela comunidade. Por essa ausência, seus moradores são obrigados a percorrer uma distância de mais de 10 (dez) quilômetros para chegarem a uma escola estadual que nem mesmo supre a necessidade do Bairro Canaã.

Esta indicação é justificada pela importância de, quanto antes, ampliarmos o atendimento da Rede estadual de Ensino - inclusive visando dar melhor atendimento ao cliente/cidadão(aluno).

Deve-se considerar, também, que a medida será de grande relevância para a comunidade local, pois a obra reivindicada - devido à necessidade e urgência - ocupará uma estatura ímpar na política educacional roraimense, o que possibilitará o uso adequado do espaço local, sobretudo: para a educação, para a prática de esportes e para a interação entre a tríade escola-família-sociedade.

Por todo o exposto, rogo ao meus pares em deliberação no plenário, bem como ao Exmo. Governador que compreenda não só a necessidade de atender a esta indicação, como também à urgência desse atendimento.

Sala de Sessões, ___ de ___ de ____.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO-EXTRAORDINÁRIA
ATA DA QUINGENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às dezenove horas, do dia quatro de setembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quingentésima nonagésima quinta Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsner Renier, proceder à leitura de Requerimento, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 04 de setembro do corrente, às dezenove horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 039/12, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A., no âmbito do Programa PROINVEST, e a oferecer garantias", de autoria do Poder Executivo Estadual. Colocado em discussão e votação, o requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de lei nº 039/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 19/09/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
ATA DA 2140ª SESSÃO, EM 28 DE AGOSTO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quadragésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor

Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memo nº 023/12, de 21/08/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21/08/12.

- Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, indicando a construção de 01 (uma) escola estadual no bairro Cidade Satélite, município de Boa Vista- Estado de Roraima.

- Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, indicando a recuperação da ponte do Araçá – Região da Comunidade Indígena do Araçá, município de Amajari – Estado de Roraima.

- Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, indicando a recuperação da ponte da Mangueira – Reunião da Comunidade Indígena da Mangueira – Município de Amajari – Estado de Roraima.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 036/12, de 20/08/12, submetendo a elevada apreciação o Projeto de Lei que autoriza o Poder executivo a realizar contratação de Operação de Crédito Interna no montante de R\$ 365.496.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil S/A, para financiamento de despesas de capital constantes nos Programas e Ações do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, e liquidação parcial antecipada de operações contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF/BNDES.

- Ofício nº 80/12, de 24/08/12, do Gabinete do Governador, encaminhando cópia do SEPLAN/DOP/OFÍCIO Nº 252/12, de 24/08/12, referente a abertura de crédito extraordinário do exercício de 2012.

- Ofício Circular nº 016/12, de 22/08/12, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 (cinco) dias para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, dos gestores Valmir Barbosa Cruz e Sebastião Ferreira da Silva.

EXTERNOS:

- Ofício nº 248/12, de 20/08/12, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando a impossibilidade de comparecimento.

- Comunicado nº ALO85283/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rejane Severiano dos Santos.

- Comunicado nº ALO85282/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Ioladio Batista da Silva.

- Comunicado nº ALO85281/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Tuxaua Albino de Moraes.

- Comunicado nº ALO85280/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Raimundo Eloy.

- Comunicado nº ALO85279/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução

de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus de Praga.

- Comunicado nº ALO85278/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovó Julia.

- Comunicado nº ALO85277/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados, a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Palmira de Castro Machado.

- Comunicado nº ALO85276/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Creche e Pré-Escolar Cantinho Feliz.

- Comunicado nº ALO85275/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cunhantã Curumim.

- Comunicado nº ALO85274/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Delacir de Melo Lima.

- Comunicado nº ALO85273/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Professor Glemiria Gonzaga Andrade.

- Comunicado nº ALO85272/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Santo Antônio de Pádua.

- Comunicado nº ALO85271/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pingo de Gente.

- Comunicado nº ALO85270/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa.

- Comunicado nº ALO85269/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vovó Eurides.

- Comunicado nº ALO85268/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canara.

- Comunicado nº ALO85267/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Gertrudes Mota de Lima.

- Comunicado nº ALO85266/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pequeno Polegar.

- Comunicado nº ALO85265/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmen Eugenia Macaggi.

- Comunicado nº ALO85264/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pequeno Polegar.

- Comunicado nº ALO85263/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar de 1º Grau.

- Comunicado nº ALO85262/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de

Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Gonçalves Vieira.

- Comunicado nº ALO85261/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Maria de Lurdes Neves.

- Comunicado nº ALO85260/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Balduin.

- Comunicado nº ALO85259/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovó Dandê.

- Comunicado nº ALO85258/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal e Ensino Fundamental Cássio de Moraes.

- Comunicado nº ALO85257/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal e Ensino Fundamental Darcy Ribeiro.

- Comunicado nº ALO85256/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Raimunda Nonato Freitas da Silva.

- Comunicado nº ALO85255/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau Waldemarina Normando.

- Comunicado nº ALO85254/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca.

- Comunicado nº ALO85253/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Conselho Escolar Gonçalves Dias.

- Comunicado nº ALO85252/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade.

- Comunicado nº ALO85251/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré-Escolar.

- Comunicado nº ALO85250/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Prof.

- Comunicado nº ALO85249/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré-Escolar e de 1º Grau Centenário.

- Comunicado nº ALO85248/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré-Escolar e de 1º Grau Edsonina de B. Villa.

- Comunicado nº ALO85247/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Pré-Escolar.

- Comunicado nº ALO85246/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Martin.

- Comunicado nº ALO85245/2012, de 10/08/12, informando

a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré-Escolar.

- Comunicado nº ALO85244/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres.

- Comunicado nº ALO85243/2012, de 10/08/12, informando a liberação dos recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Maria Das Neves Rezende.

- Ofício nº 299/12, de 13/08/12, do Ministério da Cultura, informando liberação de recursos em favor da Secretaria Estadual de Cultura de Roraima.

- Ofício nº 1493/12, de 13/08/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

- Ofício Circular nº 294/12, de 16/08/12, da UNALE, solicitando representantes da Comissão da Juventude.

Ofício nº 260/12, de 13/08/12, da Caixa Econômica Federal, solicitando autorização de Ingresso em Terra Indígena.

- Ofício nº 1528/12, de 13/08/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

- Ofício nº 162/12, de 22/08/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhado o Jornal Interno do INMETRO, referente ao mês de Julho.

- Ofício nº 013/12, de 27/08/12, do SINTER, informando que decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, a partir do dia 10/09/12, com uma paralisação no dia 30/08/12.

- Ofício nº 00304/12, de 22/08/12, do Senador Magno Malta, solicitando parecer e considerações acerca da PLS 236/2012, em trâmite no Senado Federal, que propõe a reforma do Código Penal Brasileiro

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro (Jalser Renier) – Procedida à chamada.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de passarmos para o Grande Expediente, queremos anunciar a presença dos alunos do colégio Objetivo que se fazem acompanhados pelas Professoras Eliuma e Mercilene. Sejam bem-vindos a esta Casa que é a casa do povo e também de vocês. Queremos também anunciar a presença dos profissionais e do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, do Conselho regional de farmácia, do sindicato dos farmacêuticos de Roraima, do conselho regional de nutrição, do conselho nacional de fonoaudiologia, do sindicato dos fisioterapeutas ocupacionais de Roraima, do conselho regional de enfermagem de Roraima, do sindicato dos profissionais de enfermagem de Roraima e da central única dos trabalhadores.

Essas instituições estão aqui na Assembleia para terem notícias sobre o Projeto de Lei 036/12, que institui a gratificação de atividade médica aos cargos de cirurgião-dentista e suas diversas especialidades, e dá outras providências.

Quero esclarecer aos Senhores que será criada uma Comissão Especial para tratar do referido assunto e como é regra aqui nesta Casa, essa comissão irá abrir espaço para ouvir todos os segmentos. Portanto, os Senhores serão convidados a participarem do debate dentro da comissão sobre esse assunto. A matéria só vai ser votada quando for discutida com todos os segmentos interessados.

Dessa forma, fica aqui o nosso compromisso com vocês que são merecedores dessa atenção nesta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há 08 Oradores inscritos para o Grande Expediente. Portanto, sete minutos para cada um.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Chamo a atenção da Casa, pois a última Deputada que se inscreveu foi a Deputada Aurelina Medeiros e qualquer inscrição a mais estará agredindo o Regimento Interno da Casa, o qual já anda muito desrespeitado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Nobre Deputado Flamarion, Vossa Excelência é um democrata e sabe que temos sido

complacentes com esse tipo de coisa, mas não há nenhum problema de tirarmos a palavra do seu colega não. Se Vossa Excelência quer que seu colega não fale, eu retiro. Eu iria dobrar o tempo devido o horário.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, não é retirar. Regimento é um conjunto de normas que regem a nossa conduta nesta Casa, eu só quero que ele seja cumprido, nada mais.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Mas a tolerância cabe a qualquer parlamento, e isso aqui é um parlamento. Se Vossa Excelência não quer que seus colegas falem, está cassando a palavra.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, peça a benevolência do Deputado Flamarion. Realmente existem Deputados que se inscreveram fora do prazo, os Deputados Ionilson Sampaio e Coronel Chagas, mas como somos uma Casa democrática, gostaria de pedir ao Deputado Flamarion a sua benevolência no tocante aos seus colegas que libere o tempo.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Deputado George Melo com o tempo de quinze minutos.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores, quero me dirigir a categoria da saúde, aos estudantes que se encontram presentes nesta Casa hoje.

Estou de volta a esta Casa e quero contar um pouco da minha história. A minha história de vida foi de muita luta. Voltei dos meus anos de estudos lá fora para Roraima e comecei minha vida profissional como contador. Em 2000 mil iniciei o meu mandato como vereador, função que exerci por 10 anos. Tenho certeza, que de comum acordo com algumas pessoas que se manifestaram, talvez não seja um mandato tão expressivo como o de Deputado, mas o mandato de Vereador também é muito importante.

Temos um município onde 70% da população do Estado reside. E, queria deixar registrado a honra de ter participado da Câmara por 10 anos porque lá também é uma Casa de debates. Sempre quis o melhor para o meu município, praticamente em todas as Sessões eu estava lá buscando o entendimento para que o município pudesse usar da melhor forma o pouco dinheiro que tinha para investimento.

Depois desses dez anos como Vereador, busquei o mandato de Deputado Estadual por duas vezes, sem sucesso, ficando, inclusive, em suplência. E, no ano de 2010, me elegi Deputado Estadual, mas por conta de uma ação judicial fiquei afastado por um ano e meio em respeito à justiça. Contudo, busquei o meu direito no TSE e a minha recondução a esta Casa. Quero dizer aos Senhores que esse intervalo de um ano e meio me fortaleceu muito como ser humano. Sei que se não fosse por acreditar em Deus, certamente não teria encontrado força para, de cabeça erguida, continuar o meu trabalho, acreditando na minha volta e que eu pudesse, nessa volta, com o pouco tempo que me resta de mandato, buscar fazer tudo aquilo que planejei nesses quatro anos, pois tenho muito respeito pelo mandato que me foi dado pelas pessoas que confiaram em mim. Eu tenho a honra de participar desse grandioso Estado que certamente tem muita dificuldade, mas com a minha experiência de 10 anos como Vereador, certamente irei fazer isso da melhor forma possível.

Quero aqui agradecer aos meus advogados que trabalharam brilhantemente nessa causa, a Doutora Rosa Benedete que com pouca experiência, mas que ao longo do trabalho teve a sabedoria necessária para trabalhar na minha recondução e, certamente, nesse trabalho feito aqui agora, pois há um ditado popular que diz que os grandes artistas nos seus piores momentos são os que fazem as melhores músicas. Entretanto, nesse espaço de um ano e meio trabalhei para que pudesse fazer bons projetos no intuito de ajudar o meu Estado e, vou buscar junto aos meus colegas convencê-los de que esses projetos são fundamentais para o fortalecimento da nossa economia, para que hoje o Estado possa arrecadar mais e possamos contemplar os nossos funcionários com melhores salários. Essa é a minha proposta, esse foi o meio que encontrei, não estou chegando aqui cheio de mágoas, pelo contrário, estou chegando com o coração aberto para que eu possa fazer um grande trabalho junto com os senhores, até porque há muito tempo aprendi que a palavra “eu” costuma fazer com que haja vários entraves na vida da gente. Chego aqui com o coração aberto, como já disse, buscando encontrar o “Nós”, nós vamos fazer, nós vamos ajudar o nosso Estado e, esta Casa é uma casa de discussão onde nós ouvimos os dois lados, e com a sabedoria de Salomão temos que buscar o entendimento aqui neste Poder. Por isso, gostaria, nessa manhã de hoje, de deixar registrado a minha tranquilidade ao dizer aos colegas que eu chego aqui com uma imensa vontade de trabalhar e de ajudá-los, porque sei que nesse um ano e meio os senhores aprenderam muito mais do que eu, para fazermos um grande trabalho pelo Estado em que nós vivemos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar as boas-vindas aos alunos da Escola Objetivo Macunaima e dizer da honra de ter trocado umas ideias com eles, bem como dar boas-vindas aos trabalhadores da saúde, dizendo a esses que podem contar conosco, porque somos os defensores da causa de vocês.

Senhor Presidente Guerra, semana passada fizemos um discurso aqui, com algumas indagações. O que é baixo clero? Todos nós ouvimos falar que em qualquer parlamento existe o alto e o baixo clero. Então, eu fiz algumas perguntas e vou repetir algumas. Quem são os Deputados do baixo clero? Serão os filhos bastardos de eleições ilegítimas? Exercem seus mandatos a título precário? Compõem uma multidão sem cara, que não decidem coisa alguma? Quem são os Deputados de baixo clero? Serão aqueles cuja as ideias não se conhecem, cuja a voz não se ouve, cuja opinião não se colhe, cujos protestos não ecoam, cujos projetos não vigam, cujos argumentos não se consideram, cuja vontade está submetida a coerção que emana do regimento, das lideranças das secretarias, ou do Governo do Estado? Quem são os Deputados do baixo clero? Serão só figurantes do Plenário, ou das novelas que se arrastam roteiros das comissões? Serão os coadjuvantes do alto clero? A Assembleia Legislativa, senhoras e senhores, antes de ser um poder desarmado que se pulveriza na multiplicidade de seus membros, que não tem a caneta e o gesto do executivo com que se governa, dispõe de um extraordinário poder que se esvazia, que se fragmenta na sua própria omissão. Faço o preâmbulo desse pronunciamento de hoje relembro as indagações sobre o que é baixo clero.

Agora, quero me dirigir ao Deputado George Melo. Deputado, o que vou dizer aqui, não é nada contra Vossa Excelência, quero dar as boas vindas ao Senhor. Acho que Vossa Excelência correu atrás, mas eu vou fazer um discurso cheio de indagação para o Poder Legislativo.

Vossa Excelência entrou com uma peça aqui as oito horas e três minutos do dia 21 de agosto de 2012. Senhor Presidente Guerra, Senhora Vice-Presidente Aurelina Medeiros, não há na peça do Deputado uma única ordem, em uma única linha algo que diga que ele deveria tomar posse. Não satisfeito com isso, aqui está uma declaração da Doutora Tânia, Presidente Regional do TRE, que diz que não foi emanada nenhuma ordem do Poder Judiciário para dar posse a Vossa Excelência.

Aqui está uma certidão emitida no dia 22 de agosto de 2012, assim como o da Doutora Tânia, às 18 horas, onde diz: Abro aspas para a certidão do Tribunal Superior Eleitoral. Parte: A Excelentíssima Senhora Ministra, Cármen Lúcia, exarou o despacho no sentido que se aguardassem da Secretaria a publicação do acórdão da Sessão do dia 28/06/12, exarados nos autos do CRO 190461, para posterior retorno dos altos conclusos do despacho que foi publicado em 01/08/12 no diário oficial eletrônico da justiça, página 239/240. Em face desse despacho, em 07/08/12, foi imposto agravo regimental por Francisca Evangelista de Araújo. No presente momento, os autos encontram-se em vista ao Ministério Público Eleitoral para a ciência do despacho do Deputado Erci de Moraes desde do dia 09/08/12. O referido é verdade. Secretaria judiciária do Tribunal Eleitoral, Coordenadoria de Acórdão de Resoluções, aos dias 22/08/12, às 18:00, assinado por Elimar Moreira Cunha.

Também não há nenhuma ordem do TSE para este Poder dar posse a Vossa Excelência.

Não bastasse, meus caros Deputados, isso, aqui está o parecer jurídico da Consultoria da Casa. O que diz Deputado Erci? Parte dele, nosso Regimento Interno e suas alterações, inclusive a Resolução 04 que foi rasgada, está em harmonia com a Constituição Estadual e Federal, especialmente no tocante ao artigo 36/55 respectivamente, que se aguarde a comunicação a este Poder sobre a decisão hora estudada por zelo. Diz a consultoria jurídica para que se verifique o transcurso dos prazos, já que em tese não se tomou conhecimento de tal decisão daquela Corte. Após isso, a fim de garantir o previsto no artigo 36, inciso 3º da Constituição Federal, assegure a concessão de vista ao Deputado Damosiel Alencar dos documentos que vierem a receber do TSE, porque até então não haviam recebido no prazo razoável, para que o mesmo possa se manifestar quanto aos aspectos formais da comunicação da decisão da justiça eleitoral. Em ato contínuo, a perda do mandato deverá ser declarada de ofício ou mediante provocação de qualquer membro da Assembleia Legislativa. Dessa forma, em momento nenhum, Deputada Aurelina Medeiros, a Senhora foi autorizada pela Consultoria Jurídica da Casa a dar posse ao Deputado George Melo.

Nós aprovamos nós aprovamos nesta Casa e foi publicado no diário oficial deste Poder a Resolução 04/11, no dia 28/02/11. A Deputada Aurelina Medeiros defendeu com toda garra a construção desse rito na

alteração do Regimento Interno e nós concordamos com ela, aprovamos no plenário a construção desse rito e olha o que diz: Para declaração de perda de mandato de Deputado Estadual com a vacância do cargo, nos casos dos incisos 4º e 5º, procedente ao Presidente da Casa, em observância, Deputado Chagas, aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, adotará os procedimentos previstos neste caso. E aqui, diz Deputado Erci de Moraes: tudo isso quando recebido deverá ser remetido à Corregedoria para análise. Está escrito no nosso Regimento, ou seja, esse rito foi construído por esta Casa. Mas, mais do que isso, Deputado Remídio, aqui está a Ata da posse do Deputado George Melo. O que nós entendemos como Ata? A Ata é o resumo de um evento, no caso o evento é a posse do Deputado George Melo. A ata não é a priori e sim a posteriori, ou seja, após o acontecimento do evento. Pois bem, na Ata diz que o Deputado George Melo tomou posse às 14:00h. Mas, aqui está assinado pelo Deputado Remídio Monai que não estava presente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado, Vossa Excelência está dizendo que onde está o nome do Deputado Remídio Monai foi assinado por outra pessoa que não é o Deputado?

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Perfeitamente, pois eu conheço a assinatura do Deputado Remídio Monai.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio - Deputado, isso é de extrema gravidade e merece apuração, inclusive, policial.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Senhor Deputado Flamarion, Vossa Excelência está sendo injusto com esta Casa. O Deputado está de brincadeira? Eu disse a Vossa Excelência que essa assinatura era do Deputado Marcelo Cabral. Vossa Excelência está colocando isso como uma fraude e, não é fraude porque ele estava lá.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Deveria constar na Ata, é corriqueiro, onde está Remídio Monai, colocarem fulano de tal e assina. Não tem nada demais, não pode Guerra é Vossa Excelência se zangar.

A Deputada Aurelina me disse ao telefone que tinha dado posse por pressão. Eu pergunto, pressão de quem Deputada Aurelina?

Aparte Concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu preciso lhe dizer, Deputado, que o Senhor está faltando com a verdade. O Senhor acabou de me dizer aqui que eu sequer tinha atendido ao seu telefonema.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – A Senhora atendeu sim uma vez e disse que foi por pressão. A Assembleia Legislativa não deve agir por pressão e sim por obediência ao devido processo legal.

Ulisses Guimarães, no dia 05 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição da República, disse à Nação Brasileira: “Aqui está a Constituição da República Federativa do Brasil, divergir é possível, discordar é aceitável, desrespeitar jamais”. O que é a Constituição? É um conjunto de regras que pautam as instituições, Senhor Deputado George Melo, e pautam a vida dos cidadãos brasileiros essa é a Constituição. O que é o Regimento Interno? É o conjunto de normas que pautam a nossa conduta aqui.

Eu vou fazer algumas perguntas para o Presidente Guerra responder: Devemos desrespeitar o nosso Regimento Interno? Devemos usá-lo de acordo com o momento como se usa uma roupa para ir a um casamento ou a um aniversário de criança? Devemos usá-lo de acordo com a parte interessada?

Devemos, como disse Ulisses Guimarães, respeitar o Regimento Interno porque aqui é uma Casa de leis. Então, nós temos que dar o exemplo, pois o Regimento Interno é tudo isso.

Gostaria de ver, Senhores Deputados, essa mesma determinação, essa mesma velocidade, Deputado George Melo, em defesa deste Poder que está a três meses seguidos recebendo o duodécimo parcelado. Isso sim é inconstitucional e, é passivo até de afastamento do Senhor Governador. O que faz o Poder? Silencia. Nós estamos aqui, até o presente momento sem recebermos 13º salário. Se esta Casa fosse uma empresa, já teria sido multada pelo Ministério do Trabalho. Cadê a defesa deste Poder? E o senhor sabia, Deputado George Melo, que nesse processo em que Vossa Excelência está envolvido, no qual também está o Deputado Chico das Verduras, até ontem o TSE sequer havia informado a Câmara Federal sobre essa decisão.

Deputado George Melo não tenho nada contra a posse de Vossa Excelência, pois o senhor cumpriu o seu papel. Porém, não concordo com a maneira como essa Casa agiu, pois o tratamento aqui tem que ser uniforme. Aqui não há super Deputado, aqui há Deputados. É isso que eu quero deixar claro. No mesmo dia que Vossa Excelência

entrou com esse documento aqui, foi empossado antes de se declarar a perda do mandato do Deputado Damosiel, haja vista que, até às 14:00h o Deputado Damosiel não havia recebido nenhum comunicado desta Casa sobre a extinção do seu mandato, ou seja, quando a Senhora deu posse a ele aqui, tinham dois Deputados ocupando a mesma cadeira. Agradeço, Deputado Guerra, e consequentemente lamento, não conceder a palavra ao Deputado George Melo. E, estou pronto para mostrar os documentos para quem quiser analisá-los. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Chico Guerra - Senhor Deputado, a Assembleia é uma Casa democrática, é um Parlamento. Dessa forma, a maioria é quem comanda as ações deste Poder. Portanto, quem tem o ônus, tem o bônus. E, cabe a minoria esperar.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Nós, da oposição, não votaremos nada hoje, pois não entendemos essa Sessão diante da fala do Deputado Flamarion Portela pela forma como foi empossado o deputado George Melo. Não temos nada contra sua pessoa, mas sim contra o atropelo do Regimento. Portanto, não reconhecemos como legítima a posse do Deputado George Melo.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, caros colegas da Mesa, quero cumprimentar os servidores desta Casa Legislativa, os profissionais da imprensa que se encontram aqui; quero agradecer a presença dos alunos do Centro Educacional Objetivo Macunaima, a Diretora Nádia, agradecê-los por estarem aqui conosco, dizer que é uma satisfação muito grande para todos nós recebê-los aqui para que tomem conhecimento do que é o Parlamento, pois o parlamento é isso, é discutir ações, projetos e ideais. E, é nesse objetivo que se discute aqui. Quero cumprimentar, Senhor Presidente, todos os profissionais da saúde que aqui se encontram, destacando aquela placa que eu vejo lá em cima: “Somos fortes”. Vocês são fortes, não se dividam jamais, pois se vocês se dividirem, certamente o direito de vocês será sucumbido por aqueles que imaginam ter o poder. O poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido, mas isso não acontece no nosso Estado, não acontece na nossa cidade, não acontece na nossa Assembleia Legislativa. Vocês acabam de ver um fato inédito onde a Assembleia Legislativa dá posse a um deputado em desacordo com o Regimento. Mas, eu vou falar disso mais adiante.

Senhor Presidente, os profissionais de saúde se encontram aqui, porque estão vendo o direito deles serem surrupiados. E, falo isso de cátedra, com muita tranquilidade, porque esse aumento de 100% para os médicos, e não tenho nada contra os médicos, pois tenho dois filhos médicos e acho que eles merecem um aumento, é privilegiar poucos, pois deve ser dado o mesmo direito a todos os profissionais de saúde, Senhor Presidente. O médico só trabalha se tiver ao lado dele um bom atendente, um bom enfermeiro, um bom técnico, senão ele não trabalha. Boa Vista é a cidade em que cada um deve criar a sua ilha. E aí, os médicos como parecemos ser mais poderosos alcançaram o direito a sua ilha. Logo, eu recomendo não se dividirem, porque a ilha de vocês também deve ser dada, pois é um direito de vocês. Desde que assumi como Deputado Estadual nesta Casa, jamais deixei de defender o interesse dos servidores públicos deste Poder, nem o direito dos servidores públicos de todo o Estado de Roraima. Já ficamos aqui em Sessão até a meia-noite, até uma da manhã para aprovarmos projetos de interesse dos servidores públicos estaduais, mas sempre reclamei que o Governador trata as pessoas com diferença nos acordos devidos ao poder de pressão. Quem pode pressionar mais, ele trata melhor. Quem não tem poder de pressão, ele esquece e joga para o lado. A cada mês vem para esta Casa projetos que beneficiam uma determinada classe ou um determinado segmento de servidores do Estado de Roraima. Nunca veio para cá um Plano de Cargos e Salários, sério, justo e digno para todos os servidores do Estado. E, eu digo aqui a todos os senhores e senhoras que vocês sabem o tamanho da importância de vocês nessa estrutura, pois sem os senhores ela não existiria. Enquanto eu estiver nesta Casa, jamais deixarei de defender os interesses dos servidores públicos do Estado de Roraima. Hoje, ao chegar à Assembleia, fiquei sabendo que vocês estariam aqui. Ontem, durante algumas visitas, eu e a minha esposa nos encontramos com alguns de vocês que nos colocaram a par dessa situação. Desmarquei meus compromissos de campanha eleitoral desta manhã para estar aqui e prestar o meu apoio a todos vocês. Volto a pedir a todos para que não baixem a guarda. A Polícia Civil até poucos dias atrás, tinha aqui um grande movimento, no mesmo sentido de vocês, haja vista que o Governador beneficiava meia dúzia de policiais que ele gostava e a

maioria estava ficando para escanteio. E, nós resistimos nesta Casa, a oposição se levantou e vamos fazer a mesma coisa enquanto não houver justiça para com todos vocês.

Senhor Presidente, estou brigando aqui, com a minha garganta devido as conversas paralelas no Plenário, mas é normal, estamos acostumados com isso. Eu faço em média dez reuniões por noite e a minha garganta já não aguenta mais. Porém, estou me esforçando ao máximo para que os Senhores me ouçam e tenham clareza do que realmente pensamos e acreditamos. Eu quero fazer uma pausa com relação aos profissionais de saúde e voltar a falar sobre a questão do Deputado George Melo, pois faço das palavras do Deputado Flamarion também as minhas. Nada pessoal contra Vossa Excelência, mas eu me lembro que quando o Senhor foi cassado aqui, esta Casa recebeu um comunicado do Tribunal mandando dar posse imediata ao Deputado Damosiel, entretanto a Mesa se negou a dar posse a ele. Mas, pasmem os Senhores! Essa ordem do Tribunal foi cumprida vários dias depois, após o Ministério Público Eleitoral ameaçar inclusive, pedir a prisão de Deputado desta Casa por não cumprir a decisão do Tribunal. Agora, neste período, eu relembro da emenda que foi criada, a “Emenda George Melo”. Os Deputados sabem. Eu votei favorável a emenda. O Deputado George Melo sabe que eu não estou falando aqui nenhuma injúria e nenhuma infâmia, não sou homem disso, pois votamos às pressas uma Emenda à Constituição e ao Regimento Interno, Deputado Célio Wanderley, para dar aos Deputados Estaduais o mesmo direito que é dado aos Deputados Federais de, mesmo quando cassados, terem o direito de se defender nesta Casa. Aprovamos a emenda, na época, para salvar o Deputado George Melo. Ela foi aprovada, é lei, consta na nossa Casa. Agora, essa norma não vale quando é para um deputado de oposição, mas para os governistas vale, para o de oposição não vale? Se for um Deputado de oposição é expulso sumariamente deste poder, se for um Deputado de situação não precisa ordem de um Tribunal, só precisa a ordem do Governador para fazer cumprir. Este Poder é independente do Governador, este Poder não é um departamento do Senhor Anchieta Júnior não. Acredito, Deputado George, que tão logo chegue um comunicado do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal regional Eleitoral, Vossa Excelência estará legítimo nesta Casa, mas, por enquanto, eu não reconheço Vossa Excelência legítimo como Deputado, porque esta Casa não lhe deu posse, quem lhe deu posse não tem o poder de lhe dar, porque aqui não havia nenhum processo contra o Deputado Damosiel e Deputado só pode ser cassado ou por um processo aberto disciplinar pela Casa ou por Ordem do Tribunal Regional Eleitoral e, não havia essa ordem, esse comunicado. E, contra essa ordem, Senhor Presidente, Deputado Jalser Renier, há uma ordem do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral mandando dar posse ao Deputado George Melo? Não há. A ordem que prevalece aqui é a ordem do Governador e essa ordem não é lei para mim, não é lei também para o povo de Roraima. Um governador que não honra sua palavra, o que ele fala meio-dia não se pode escrever à tarde, pois já não vale mais, não é mais a mesma coisa. Aliás, Deputado Flamarion, soube que o Governador, em uma reunião esses dias, teria dito, pedindo voto para a candidata dele, que eu era um nanico. Quero dizer para ele: Governador, mais vale um nanico homem, do que um monstro, como Vossa Excelência, sem caráter, sem dignidade e sem respeito pelo nosso povo. E, o pedaço que ele cresceu acima de mim é podre, porque homem não se mede pelo peso e nem pelo tamanho, o que se mede assim é boi, é touro que se mede pelo peso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Quero engrandecer as palavras de Vossa Excelência quando diz que é um nanico, mas é homem. Eu tenho viajado muito ao Sul do Estado e as pessoas que lhe conhecem, pois o Senhor chegou alí com 12 anos naquela região e morou lá por muitos anos, foi Vereador em São João da Baliza, costumam dizer: O Mecias é pequeno, mas não é pedaço. Alí é homem. Eu quero dizer da admiração que aquelas pessoas têm, da admiração que as pessoas de Boa Vista têm, bem como da admiração que os Deputados estaduais têm por Vossa Excelência e do vosso discurso sempre assertivo em prol do nosso povo. E, quero dizer que esses profissionais de saúde que estão aqui fazendo essa manifestação pacífica, que é mais do que legítima, têm todo o direito, pois foi assim que os profissionais da segurança pública conseguiram um plano de carreira e salários que infelizmente ainda não foi votado nesta Casa. Há tempos estamos pedindo aqui que esses profissionais participem, junto com o poder público, do Plano de Carreira deles, para que possam estar inseridos, fazendo parte. E, como líder da oposição, quero dizer que vocês podem contar conosco aqui nesta Casa e que

aqui, só passarão projetos acordados conosco, se forem para beneficiar toda a classe, e não uma minoria.

Parabéns a Vossa Excelência e ao Deputado Flamarion pelos estudos e pesquisas realizadas e pelo discurso coerente, sério. Contem sempre com o apoio de todos os deputados de oposição quando o assunto for seriedade e compromisso. Vossa Excelência merece ser prefeito dessa Capital. Parabéns.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua. - Deputado Brito, invoco aqui o depoimento dos servidores da Assembleia Legislativa. Enquanto fui Presidente desta Casa, dei auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, fiz a sede dos servidores que há 12 anos estava parada, fiz piscina, dei dignidade aos servidores da Assembleia Legislativa, pois todos receberam asserção e progressão funcional durante o tempo em que fui Presidente desta Casa. Paguei o que estava atrasado há mais de 5 anos e não deixei nada para trás, nada atrasado. E, a partir de janeiro, com a graça de Deus e com ajuda de vocês, vou ser prefeito de Boa Vista e esse Governador que aí está, vai se sentir envergonhado, porque vou fazer um plano de cargos, salários e carreira aos servidores municipais, pagando salários dignos para que eles trabalhem na saúde, na educação, representando bem o prefeito e recebendo o justo pelo trabalho que prestam.

Com a saúde do Estado eu não posso me responsabilizar, mas com a do município, a partir do próximo ano, podem ter certeza absoluta, que eu vou me comprometer. Só quero uma oportunidade para poder mostrar que quem faz melhor, quem faz com respeito, com amor é quem ama, quem mora aqui. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia. Quero cumprimentar os alunos da Escola Macunaima. Sejam bem-vindos também todos os trabalhadores da saúde aqui presentes.

No dia de hoje, queria discutir sobre a questão da segurança pública do nosso Estado que a exemplo da educação, da saúde, vai de mal a pior. Mas, diante dos últimos fatos ocorridos e de acordo com o discurso dos Deputados, Mecias de Jesus e Flamarion, também não posso me abster de fazer uma observação.

Dando continuidade, Senhor Presidente, vou deixar para a próxima Sessão para abordar o caos em que se encontra a nossa segurança pública, tanto na policia militar como civil, como no corpo de bombeiros onde, recentemente, o mínimo do mínimo que é o combustível das viaturas tem faltado, Vossa Excelência imagina outros aparatos de trabalho, como armamentos, equipamentos.

Senhores trabalhadores da saúde, camarada Humberto, Edmilson Genival e outros que compõem a comissão, venho participando de algumas discussões com vocês, me colocando à disposição através da oposição, deixando, às vezes, um pouco da nossa experiência à disposição dos senhores. Já estive do lado de lá, a minha formação é uma formação sindical, fui por muito tempo membro de movimento estudantil, fiz parte, juntamente com meus pais, no Maranhão, do sindicato de trabalhadores rurais, do movimento dos sem terra e, chegando em Roraima, compus também o movimento estudantil. Ultimamente, fiz parte da Associação dos Policiais e Bombeiros, cuja categoria se reuniu e deflagrou uma greve, após ser desrespeitada pela atual gestão do Governador Anchieta, como vocês estão sendo desrespeitados também no seu direito básico. Após, a categoria se mobilizou e elegeu um representante, rompendo a cultura do nosso Estado de compra de votos. Sobre isso, o Deputado Célio se pronunciou, recentemente, pedindo o voto ético, o voto consciente. O que me assusta não é o cidadão da periferia que mora em uma rua sem asfalto, sem iluminação pública, que não tem atendido seus direitos básicos, pois, às vezes, a barriga fala mais alto que a consciência e ele troca o voto por cem reais, duzentos reais ou por uma cesta básica, esse a gente até tenta compreender, agora, não é aceitável que o servidor público, universitários, pessoas da classe média do nosso Estado votem em troca de um cargo comissionado, em troca de uma bolsa universitária. Quero dizer aos trabalhadores da saúde que aqui estão que cabe aos senhores se organizarem sindicalmente e elegerem um legítimo representante de vocês nesta Casa. Isso tenho falado constantemente nas reuniões que temos com a Comissão, pois talvez, hoje, a discussão aqui seria outra. E digo mais, senhores trabalhadores, se os senhores não se organizarem, não virem para dentro desta Casa, o projeto, a GAM que está sendo colocada aqui sem discussão, sem um debate com a categoria, será aprovada por este Poder, pois algo bem pior, mais desrespeitoso para esta Casa, já foi aprovado pela base governista. E quero citar um exemplo, a privatização, a terceirização do pátio do DETRAN e da guarda de veículos, cuja licitação aconteceu na última sexta-feira. Nós expomos nesta Casa o quanto isso era prejudicial para a sociedade, viemos para esta Tribuna, como falou nosso Presidente, esperneamos de tudo

quanto foi jeito, mas, durante o recesso convocaram uma Sessão Extraordinária e o projeto foi aprovado. Inclusive, nós denunciámos que já havia até um pátio pronto para quem ganhasse a licitação, mas contrariando os interesses da sociedade, o referido projeto foi colocado de goela abaixo nesta Casa, a oposição votou contra e mesmo assim ele foi aprovado. E digo mais, se os policiais civis, se o DETRAN e os policiais militares não estivessem vindo para dentro desta Casa, praticamente acampar em defesa dos seus interesses, teria sido aprovado também o projeto de lei de reestruturação do Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil, o qual beneficiava apenas uma pequena minoria, trinta e seis delegados que iriam receber um salário de vinte e três mil reais. Quero dizer a Vossas Excelências, Deputados, que conheço a categoria da saúde de perto. Em 2009, quando fizemos um movimento, policiais e bombeiros, logo em seguida a saúde também fez e me lembro muito bem, inclusive, que ajudamos doando gasolina e carro de som para ajudá-los nesse movimento. Vimos a praça do Centro Cívico lotada de trabalhadores da saúde, um movimento que surgiu da noite para o dia, mas, assim como surgiu, também se acabou e, naquele momento, a direção do sindicato da saúde, como nós conhecemos na linguagem popular, foi pelego. Então, senhores, se vocês não se organizarem, não participarem efetivamente dessa discussão, não acampem nesta Casa, mesmo havendo compromisso do Presidente sobre a discussão, pois, sei que aqui vai haver debate e discussão, e gostaria de parabenizar o Presidente por sua atitude de garantir que haverá discussão e debate do projeto, mas quero lhes dizer que o resultado da votação nós já sabemos, haja vista que o Governo tem maioria e o único projeto que não passou nesta Casa foi o dos policiais civis, porque eles acamparam aqui. Logo, isso vale pra vocês também, acampem nesta Casa e busquem junto à Comissão de saúde, junto à Mesa desta Casa e junto ao Presidente Chico Guerra que haja discussão e um amplo debate, mas acima de tudo, sensibilizem a base governista para o atendimento do direito dos trabalhadores, direito esse que vem sendo negado. Votamos nesta Casa a criação de cargos na saúde, colocamos emendas e o Secretário de Saúde se comprometeu que no máximo em um ano faria o concurso público. Passou-se um ano e o concurso público não saiu. Ele mandou novamente para cá pedindo prorrogação de prazo. O Secretário garantiu que teríamos uma discussão paritária, mas, até o presente momento, o secretário só chamou uma meia dúzia de servidores, entre os quase oito mil servidores de cargos comissionados que existem nesse Estado e montou uma proposta, a qual os senhores não têm conhecimento e nem os seus representantes foram chamados para discussão. E agora, ele está com uma história para boi dormir, como se diz lá no Maranhão, de mandar a minuta da proposta para a Comissão de Saúde. Não é por aí, a discussão tem que se dar dentro do próprio Executivo, pois é o Executivo que tem a chave do cofre e é quem pode dizer o que pode conceder de reajuste imediato no próximo ano e nos próximos cinco anos. A discussão tem que acontecer dentro do Executivo, em Comissão paritária formada pelos trabalhadores e pelo Poder Público e não da forma como está acontecendo. Senhoras e senhores, não se enganem com um belo discurso, aqui é rolo compressor, muitas vezes passa aqui o que o Governo do Estado quer e, se vocês não tiverem uma participação efetiva, o projeto será aprovado. Tenho andado bastante nas unidades de saúde, no Hospital Geral e vejo o descrédito dos trabalhadores no sindicato, vejo a falta de interesse dos trabalhadores em participar da discussão, dizendo não poder ir porque vão estar de plantão, porque vão ser perseguidos e vão ser mandados para o interior, têm outro emprego, toda a sorte de desculpas para não participarem. Então, repito, vocês têm que correr atrás dos interesses dos senhores, se o Governo tivesse interesse em ajudá-los a história seria diferente. Não estou dizendo que os médicos não têm direito, devemos e vamos valorizar a classe médica, mas porque ao invés de GAM, Gratificação para Atividades Médicas, não mudamos para Gratificação para Atividade da Saúde, uma GAS. Cadê o impacto orçamentário dessa proposta? Isso não foi colocado. O Secretário só disse que tem orçamento e, aliás, Deputado Rodrigo Jucá, tem cento e trinta e sete milhões de excesso de arrecadação, já teve esse ano até junho no fundo de saúde, se é suficiente, ele tem que dizer se é ou não é, e não da forma como está sendo colocado, apresentando uma proposta sem discutir número, sem discutir percentual, simplesmente para atender uma meia dúzia de privilegiados. Aí me parece com o que aconteceu com os delegados, onde meia dúzia queria vinte e três mil de salário, enquanto estava sendo apresentado para os agentes da Polícia Civil algo em torno de três mil reais de salário. E, parece que na área da saúde está acontecendo o mesmo. Então, fica o meu pedido especial aos senhores, fortaleçam as entidades de classe, façam uma escala de revezamento para acompanhar essa discussão nesta Casa, pois o projeto veio em regime de urgência urgentíssima e, esse é um mecanismo que o executivo usa para burlar o debate e a discussão. Não cabe pedido de vista, de adiamento de discussão, isso corre um sério risco de ser votado numa sessão extraordinária no finalzinho da tarde. Os senhores

ouviram a fala agora a pouco do Deputado Flamarion no tocante a posse do Deputado George Melo, onde rasgaram o Regimento e deram posse assim mesmo, nada contra o Deputado George Melo, ele correu atrás do direito dele, mas só quero ressaltar a influência que o Governo tem dentro desta Casa, pois tem maioria, eram dezesseis a oito, e acredito que o Deputado George continue na base governista, portanto, agora, são dezesseis a sete.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Vossa Excelência levou seu discurso até o limite, mas quero solicitar ao Senhor que atenha-se ao seu cargo. Vossa Excelência é vice líder da oposição e, assim sendo, não pode colocar palavra na boca de Deputado que não é da oposição. Então, o que quero dizer é que, cheguei aqui hoje, pela manhã, e fui abordado por alguns amigos meus que já estiveram diversas vezes em meu gabinete e, por diversas vezes, conversamos sobre esse projeto. Eles vieram me dizer que ficaram sabendo que o projeto estava na pauta de hoje e disse a eles que não estava, pois para que ele pudesse estar, teria que ter passado pelas Comissões e o projeto não havia nem sido lido aqui, portanto, não iria passar hoje por comissão nenhuma e, eles ouviu essa garantia, inclusive, do Presidente da Casa. E, dissemos àquelas pessoas que falavam comigo que o projeto não seria aprovado nesta Casa se não fosse com uma discussão e uma construção coletiva de todo mundo. Então, quero pedir a Vossa Excelência e dizer que estamos todos nós envolvidos no debate e na construção desse projeto. Não tente transformar isso num jogo entre oposição e situação, pois acho que não é assim que funciona, isso não é saudável. Não podemos transformar em briga política um projeto que está aqui tratando da vida de trabalhadores, logo, não coloque palavras na minha boca, não coloque palavras na boca de quem não é liderado por Vossa Excelência. Nós, em nenhum momento, manifestamos nenhum juízo de valor a respeito desse projeto que foi mandado pra cá. Nenhum Deputado aqui, pelo menos que eu saiba, se manifestou favorável ou contra esse projeto. O projeto foi recebido, será analisado em uma Comissão Especial, todas as categorias serão ouvidas e nós vamos fazer uma construção coletiva desses projeto aqui. Era só isso que eu queria dizer a Vossa Excelência, pois está fazendo bem o seu papel, mas atenha-se a dizer o que a oposição está fazendo em relação à questão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Rodrigo, até entendo Vossa Excelência. Agora, gato escaldado tem medo de água fria, mais um adágio do meu Maranhão. Eu já vi nesta Casa, Deputado Brito, Vossa Excelência como líder da oposição, as famosas Comissões Gerais, as Comissões Mistas, interromper a Sessão e votar muitas questões aqui, sem passar pelas Comissões, sem um debate profundo. Nós sabemos, a exemplo daquilo que falou o Deputado Mecias, sobre a posse do deputado George Melo, que é pressão, são interesses. Alguém tinha interesse que o Deputado George Melo tomasse posse e o Deputado Damosiel saísse. E, foi assim que aconteceu. Agora, senhores trabalhadores, fica a mensagem, se organizem, se mobilizem, pois se isso não acontecer, a GAM vai ser aprovada e o Plano de Cargos e Salários de vocês vai para as vésperas das eleições de 2014, na reeleição do Governador e dos Senadores. Essa é a prática nesta Casa, falo isso porque já estive do lado de lá como sindicalistas e hoje estou nesta Casa, conheço os bastidores e como funciona os interesses do executivo. O direito desses trabalhadores está sendo negado há anos, pois há trabalhadores da saúde ganhando menos de um salário mínimo e dinheiro tem, a saúde teve quase trezentos milhões de arrecadação no ano passado, este ano está aqui o decreto, quase 150 milhões a mais. Se você vai nos postos de saúde do interior do Estado, está faltando de um tudo e, quando faz uma denúncia é chamado de arruaceiro e responde até processo na Corregedoria, como estou respondendo com o Deputado Brito. Senhor Presidente, há uma carta que eu gostaria que fosse lida por Vossa Excelência, pela Mesa, pelo Secretário, que é uma carta elaborada por uma comissão formada pelo sindicato de associações que representa as demais categorias que estão se sentindo, na verdade, um baixo clero da saúde, porque o alto clero está com bons salários. Então, era isso Senhor Presidente, obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, amigos, representantes de categorias sociais que nos prestigiam neste momento. Eu havia feito minha inscrição para abordar um assunto que julgo tão ou mais relevante que assuntos que hoje desfilaram por aqui, mas, como parlamentar, entendo que é preciso que cada um dos representantes desta Casa tenha inteligência e bom senso e, sobretudo, sensibilidade para saber que foi colocado neste parlamento para representar uma parcela do povo de Roraima. Assim sendo, eu digo, que todo o assunto que chega nesta Casa, deve ser tratado como importante ou prioritário,

seja o que foi abordado pelo Deputado Flamarion, sobre a questão da quebra do regimento, porque mais do que nunca esta Casa, através de seus pares, é quem deve dar o exemplo para que a sociedade se balize e com isso interaja com o Parlamento. É talvez por isso que o conceito desta Casa caia mês a mês. Mês passado, nós tivemos 36% de aceitação em uma pesquisa oficial que é encomendada pela Assembleia. Neste mês, caímos para 28%. Alguma coisa está errada neste Poder, ou nós parlamentares não estamos cumprindo com o nosso papel de representantes do povo, ou o foco que estamos direcionando os trabalhos não está correspondendo aos anseios da sociedade. É preciso que, com urgência, façamos uma análise interna, que tenhamos até mesmo palanque e mais discussões internas para acertarmos o caminho e os passos, pois nós não estamos bem. Então, quero dizer que essa questão do Regimento é importante e até grave, da mesma forma é importante a reivindicação dos funcionários e servidores da saúde que devem ser tratados com equilíbrio, com bom-senso e dentro da nossa realidade, para se chegar a um entendimento, para que se faça justiça, porque eu acho que é esse o papel da Assembleia Legislativa enquanto Poder que representa a sociedade. Mas, eu dizia que me inscrevi para tentar pedir a atenção dos meus pares e da sociedade de Roraima como um todo para um fato que está se desenrolando hoje lá no congresso Nacional e que se sobrepõe e torna pequeno todos os assuntos que estamos discutindo aqui. Mais uma vez, minha gente, Roraima está ameaçado de não poder usufruir daquilo que é basilar, que é essencial para todos nós, vermos este Estado andar para frente, progredir e se desenvolver. Os adversários, aqueles que são contrários que Roraima se afirme como um Estado promissor, estão sempre a espreita e maquinando formas engenhosas de tornar sem efeito nosso esforço depois que o Congresso promulgou um Código Florestal que abrigava no seu seio, no seu conteúdo, grandes avanços para Roraima, podendo nos dar a oportunidade de, quem sabe, ocuparmos até 50% das áreas a serem desmatadas. Mas eis que, de repente, depois do Veto parcial da Presidente Dilma, alguém ou alguns, maquiavelmente, conseguiram convencer a Presidente a mandar uma Medida Provisória, na qual ela nos tira de uma forma rasteira a chance de explorarmos os nossos lavrados que é a grande saída para não se fazer agressão ambiental. De cerca de quatro milhões de hectares do Estado, pela nova medida a ser aprovada, nós não chegaremos a ocupar mais de 750 mil hectares, ou seja, nem 20% da área dos 25% que o Estado recebeu e que de direito é seu. Estamos aqui discutindo uma série de coisas e esquecendo do essencial. Na última Sessão nossa, foi votado um requerimento, aliás, um documento desta Casa para ser enviado ao Congresso Nacional, à Presidência da República, ao Ministério do Meio Ambiente, a quem quer que seja que possa ter bom-senso e, esse documento já era para lá ter chegado. Tivemos reuniões com as Comissões envolvidas, Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Terras para mandar esse documento. E, eu me inscrevi para cobrar isso da Mesa, mas acabo de ser informado que, antes tarde do que nunca, o Secretário me afirma que, esse documento já foi enviado ao Doutor Daniel Gianlupp, Presidente do Instituto de Ciência, Tecnologia e inovação, que também acumula a função de Coordenador de Zoneamento Ecológico um homem de pé no chão, sensato que foi convidado para analisar o caso pelo Senador Jucá, pelo Deputado coordenador da Bancada Federal, Doutor Luciano Castro. Espero que pelo menos nesse momento, a nossa Bancada Federal se una em favor de Roraima, nesse momento tão crucial para a nossa história. Tenho certeza que a Senadora Ângela já deva estar prevenida disso. O Doutor Daniel foi convocado para que compareça a uma reunião ainda hoje com a Ministra do Meio Ambiente no sentido de buscar uma saída antes que seja tarde demais e se vote a Medida Provisória com esse dispositivo que inviabiliza o nosso lavrado, com a criação de limites, as tais de veredas que foram inventadas. Sem isso, minha gente, não adianta discordarem se nós não conseguirmos encaminhar o Estado de Roraima rumo ao seu progresso e ao seu desenvolvimento, explorando as nossas riquezas naturais para deste solo extrairmos os recursos que precisamos, pois o nosso orçamento será uma colcha tão curta que nós não atingiremos os nossos objetivos de conseguirmos aprovar para todas as categorias funcionais do Estado salários dignos e justos, para que se faça, realmente, justiça social. Então, eu peço aos meus pares nos somarmos nessas ações, pois a Assembleia legislativa não pode passar por omissa. Vamos cada um fazer a nossa parte e, inclusive, queria propor ao Plenário, a Mesa, que hoje não se discutisse e nem se votasse nenhuma outra matéria, que se interrompesse ou se encerrassem a Sessão para que as Comissões que tratam dessa questão que relatei aqui, e a Comissão Especial a ser criada, seja colocada a funcionar

imediatamente para que a Casa, a Assembleia Legislativa, possa dar uma resposta maiúscula a toda essa gama de problemas que nos aflige. Então, gostaria de colocar tudo isso num afã de contribuir. Acho que até como decano, eu tenho essa obrigação por ser o Deputado mais idoso desta Casa. Bom senso e caldo de galinha não faz mal a ninguém e acredito que é disso que estamos precisando, ter mais diálogo, mais discernimento e sermos mais conscientes das nossas atitudes. Não devemos permitir nunca que dois, três ou quatro colegas digam que representam a Assembleia Legislativa, pois ela é constituída de 24 Deputados e é só através desse colegiado que deve sair a verdadeira posição da Assembleia Legislativa em defesa do povo de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros dos meios de comunicação aqui presentes e a todos os que nos acompanham nesta Sessão, bom-dia. Minha fala será breve, pois quero conceder a metade do meu tempo Deputado Jalser Renier. Quero apenas fazer agradecimentos àqueles órgãos que nos deram total apoio na semana passada para fazermos a retirada de 10 garimpeiros, trabalhadores que estavam isolados na região da cabeceira do Alto Apiaú, pessoas que, após a operação que apreendeu aeronaves, pilotos e empresários do garimpo, ficaram desassistidos, isolados e sem a logística necessária para trabalhar, para se alimentar e até mesmo para sair daquela região. Na semana passada, fomos contactados pelos familiares desses garimpeiros que já haviam andado por onze dias, chegaram até um ponto e não puderam mais avançar porque alguns deles já estavam debilitados e, esse foi o último contato que eles fizeram através de uma informação que passaram próxima da área em que podiam ser encontrados, pois o rádio amador ficou sem bateria. Quando recebemos essa informação, fomos até o Presidente Chico Guerra, que nos orientou a buscarmos apoio dos órgãos que podiam efetivamente nos ceder aeronaves. E, nós entramos em contato com o Governo do Estado, com a Casa Militar, com o Hangar do Governo que nos cedeu aeronaves para fazermos as buscas naquela região imensa da terra indígena Yanomami. Nós conseguimos lograr êxito e localizar o ponto em que eles estavam no meio da floresta aguardando socorro e, a partir daí, solicitamos apoio ao exército brasileiro que também se colocou à disposição, cedendo um helicóptero que se deslocou da cidade de Manaus até Boa Vista e daqui fez os voos necessários para a retirada dos garimpeiros. Então, em nome desta Casa, quero agradecer a Mesa Diretora, ao Governo do Estado, a Casa Militar, ao Hangar do Governo e também, ao Exército brasileiro pela cedência da aeronave utilizada na operação, bem como ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, na pessoa do General Jaborandi, ao 7º BIS, na pessoa do Coronel Guerra, Comandante daquele batalhão, e ao Comando de Operações do Comando Militar da Amazônia, na pessoa do General Frankenberg, pelo apoio total que deram a essa ação humanitária de resgate desses trabalhadores que ficaram abandonados dentro da terra indígena Yanomami. Dessa forma, posso dizer, dizer que esta Casa tem um histórico de apoio à classe trabalhadora, em especial ao pessoal que trabalha no garimpo, pois desde a sua criação, desde a década de 90 que a Assembleia Legislativa presta apoio aos garimpeiros, não só no Brasil, mas também, na Venezuela, Guiana e Suriname, resgatando garimpeiros em situação de dificuldade. Podem ter certeza de que esta Casa vai continuar prestando esse serviço, porque são pessoas que precisam do trabalho para sustentar suas famílias. Obrigado a todos e bom-dia.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, em relação ao meu pronunciamento, lamento desde já a falta do Deputado Flamarion e o Deputado Mecias de Jesus, infelizmente, por uma razão ou outra, eles tiveram que se ausentar. Imagino que foram resolver algumas questões referente à Casa, mas quero apresentar uma divergência no tocante às opiniões proferidas pelos dois Parlamentares. Primeiro que a Assembleia Legislativa, como disse o Parlamentar, não desrespeitou o Regimento desta Casa, porque a Assembleia cumpriu seu papel. O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por maioria de votos, tornar nulas as provas que incriminariam o então Deputado George Melo que na época estava parlamentar, e foi afastado por uma decisão de um colegiado do Tribunal Regional Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral entendeu que as provas não eram convalidadas, e por essa razão remeteu, através do seu painel eletrônico, as informações dando conta de que, como não havia prova, não havia crime, e por não haver crime é óbvio que o Deputado George Melo teria suas funções automaticamente encaminhadas a esta Casa. Naquele primeiro momento, somente o Deputado George poderia fazer isso, ou seu advogado, apresentou um

requerimento nesta Casa, requerimento que foi lido pela Primeira Secretária e conseqüentemente exposto ao Plenário desta Casa, dando conta de que o Parlamentar requeria por meios legais, por força do Regimento desta Casa, artigo 23, para que ele pudesse tomar posse. O mesmo artigo no seu parágrafo diz que dar posse a Deputados não precisa de quorum qualificado da Mesa, em nenhuma linha do Regimento fala sobre isso. O ato da posse pode ser proferida monocraticamente pelo próprio Presidente da Casa e o Parlamentar com juramento de posse. Em nenhum momento a Mesa Diretora desta Casa desrespeitou o Regimento Interno. Eu quero aqui contrapor as alegações proferidas pelo eminente Deputado Flamarion, e dizer que, diante do fato que ocorreu dentro desta Casa, qualquer Parlamentar tem prerrogativa legal de requerer seu direito. O Tribunal Regional Eleitoral não precisaria ser notificado na vacância do cargo porque não há vacância de cargo, e como o Deputado George Melo era Deputado, ele simplesmente retornou às suas funções normais. Não quero aqui desrespeitar, quero aqui agradecer e parabenizar o bom trabalho que fez nesta Casa o Deputado Damosiel, não é nada contra o Parlamentar, muito pelo contrário, tenho por ele profundo respeito e admiração, esta Casa não descumpriu seu papel. Agora, me reportando ao passado, devo dizer a Vossas Excelências que num passado recente, no ano de 2002, precisamente às 19 horas do mês de novembro de 2003, eu estava afastado das minhas funções de Deputado Estadual pelo Tribunal Regional Eleitoral, a decisão seria automaticamente colocada depois da publicação do Acordão, sabe o que esta Casa fez? Regida pelo Deputado Mecias de Jesus, meu amigo pessoal, deu posse ao suplente, pegou o Deputado Urzeni que era meu suplente que a priori só poderia tomar posse depois que fosse publicado o Acordão, não foi, ele deu posse às 8 horas da noite ao Deputado Urzeni da Rocha Freitas Filho. Deputado Flamarion, próxima vítima, eleito Governador que um ano depois da minha saída, precisamente às 10 horas da noite, ele perdeu seu mandato no Tribunal Superior Eleitoral, e teria a princípio, direito a embargos e declarações, após a publicação do Acordão. E sabe o que aconteceu? O Deputado Mecias não esperou a publicação, foi logo dando posse ao Ottomar de Souza Pinto. Essa é a história desta Casa, da democracia, e o Deputado Flamarion deu adeus ao seu mandato, e eu dei adeus ao meu, o Deputado Flávio Chaves deu ao dele, porque o Poder é soberano e a decisão é tomada por ele, baseado na Constituição Estadual e no seu regimento. Nós não estamos aqui cometendo atos de infração, não estamos aqui cometendo irresponsabilidade, estamos aqui cumprindo o nosso papel, o nosso dever cívico de zelar pelas letras que estão contidas na nossa Carta Magna. A minha intenção é fazer com que cada um dos Senhores se atenha às questões políticas operacionais. É muito fácil a oposição lamentar porque perdeu um bom parlamentar, a situação agradece porque ganhou mais um, é uma briga de poder, não é uma briga de ideais. A manifestação feita pelos servidores da saúde não é uma briga de poder, é uma briga de ideais, de espaço, de oportunidade, onde cada um desses servidores tem o seu dever, e tem que ter seu espaço reservado e não sou eu que, mesmo sendo da base do governo, vou impedir que os direitos deles sejam respeitados, até porque nós fazemos a nossa política dentro das nossas responsabilidades. Quero dizer aos servidores da saúde que eu, enquanto estiver nesta Casa, não votarei nenhum projeto ligado ao comando geral da Secretaria de Estado da Saúde sem que sejam ouvidas todas as classes da saúde. E quem está falando aqui é um aliado do governo. O governador Anchieta pode não ser o melhor mas é o que foi votado e escolhido pela vontade do povo, ninguém está aqui desrespeitando. É muito fácil alguém do lado de lá chegar do lado daqui e criticar, apontar o dedo dizendo que o governo não faz nada. Todos os governos que passaram pelo Estado de Roraima e pelo restante da Federação Brasileira nunca farão tudo porque sempre haverá aqueles no parlamento, dizendo que alguém não fez nada. Ninguém consegue governar sem as críticas da oposição. Nós estamos aqui fazendo política com responsabilidade, esta Casa não faltou com respeito, esta Casa democratiza, cada cidadão tem seu estilo de administrar e de gerenciar os rumos deste Poder. O Deputado Flamarion está correto quando disse que o nosso duodécimo não veio integral, a Assembleia Legislativa, por ser aliada, entende o momento crítico de sua economia e transfere seus recursos até o dia 30, mas sabe o governo da sua responsabilidade de trazer para esta Casa e cumprir o que está estabelecido na Constituição porque senão ele prevarica e seria penalizado pelas leis. Por essa razão gostaria de apresentar aos Senhores que a nossa intenção, enquanto Mesa Diretora, é respeitar todos os colegas, não queremos faltar com respeito com nenhum colega, não queremos dizer que um colega seja melhor ou pior que outro, aqui não existe nem alto nem

baixo clero, o alto clero está na cabeça daquele que pensa que é o melhor, o baixo está na cabeça daquele que pensa que é o pior.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Tirando a questão de que a oposição fez um palanque aqui hoje, não quero entrar nesse mérito.

O Senhor Deputado Jalser Renier continua – Eu não disse isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Eu estou dizendo, precisamente o Deputado Mecias, eu quero dizer que, como Membro da Mesa Diretora, não concordo com decisão como essa de atropelo que foi tomada, não concordo porque acho que o direito do George Melo é legítimo, e quando estava aqui foi um defensor do Regimento Interno, trabalhou exaustivamente para acontecer aquela mudança que houve no Regimento Interno. A decisão judicial é legítima, é uma questão de mais dias, menos dias para ele assumir. Como Membro da Mesa Diretora, me envergonho das decisões como essa que é tomada pela Mesa Diretora.

O Senhor Deputado Jalser Renier continua – Simplesmente, Deputado Remídio, quero dizer a Vossa Excelência que, ao contrário de Vossa Excelência, eu não me envergonho de nenhuma decisão proferida monocraticamente quando ela vem servida pelo Regimento da Casa. Eu me envergonho de atos que não são normalizados pelo Regimento, Se Vossa Excelência ler o artigo 23 do Regimento Interno vai ver o que estou dizendo, não estou falando de nenhum ato que não corresponda ao ato da Mesa. Vossa Excelência quando diz isso, no mínimo, afronta os seus colegas que lhe respeitam e lhe admiram. Eu não me envergonho de ter Vossa Excelência como aliado e da base do governo, companheiro e amigo nesta Casa. Eu respeito o trabalho de Vossa Excelência, eu respeito o espaço e a autoridade que Vossa Excelência tem, ao contrário de Vossa Excelência, quero dizer que não me envergonho do Senhor.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – O projeto que ainda há pouco o Deputado Remídio se referiu é muito estranho ele dizer isso, porque quando eu era para ser beneficiado com esse projeto, fui arrancado desta Casa, e o dono do mandato era eu, com a minha volta a esta Casa, o Deputado Damosiel não foi cassado. O recurso ordinário foi anulado eu não tinha que voltar para aquela lei. O discurso é do Deputado Mecias, do Flamarion de que eu tinha que voltar por essa lei. O recurso foi anulado, não tem nada contra mim, eu não devo nada, Vossa Excelência tem direito de não me querer aqui, agora eu tenho direito de buscar o meu mandato.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ercki de Moraes – Fui informado que está sendo espalhado por aí que eu teria concordado com o ato. Isso não é verdade. Eu, ao contrário, estava de resolução, mas, por insistência da Deputada Aurilena, me prontifiquei vir ali para dar minha opinião a ela que me pediu. Tive uma conversa com Vossa Excelência, mas até conversamos outra coisa, não foi sobre o fato em si. Fui durante toda a discussão, minha opinião foi que não deveríamos nos precipitar para aquele dia, deveríamos esperar o retorno do Presidente da Assembleia. Haja vista que nem se pode comparar com os fatos anteriores. A Resolução diz que a Corregedoria deve ser consultada, eu não fui consultado, fui consultado como Deputado que estava de Resolução, mas não o cargo que eu represento. Esse era um reparo que eu queria, a bem da verdade, não passar a ideia de um cidadão da minha idade de dizer que tem duas caras ou duas opiniões.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Até compreendo a defesa de Vossa Excelência, acho que a Mesa, principalmente a Deputada Aurelina tem que fazer uma análise, caberia sim esta Casa, inclusive conversei com o Presidente, Chico Guerra, que me disse: Sampaio, me coloquei à disposição, deixei os Secretários desta Casa em alerta, a qualquer momento poderia chegar a notificação, que o fosse intimado pelo Oficial de Justiça, daria posse ao Deputado George de imediato. Eu entendo que talvez a discussão seja como você colocou, a oposição perdeu um e a situação ganhou outro. Agora imaginem se isso vira praxe? vamos supor que Vossa Excelência reponde um processo, em segunda instância, publica lá a decisão dele e um cidadão comum pega a decisão no diário eletrônico e chega nesta Casa e tenta aplicar como se fosse uma decisão verdadeira, como se a justiça não tivesse mecanismo de intimar a pessoa, o órgão competente da sua decisão. Nós, quando tomamos uma decisão nesta Casa, oficializamos o próprio Executivo, quando a gente aprova uma lei é mandada cópia com ata. É um direito do Deputado George expor seus direitos na justiça, reverteu a situação, mas caberia a esta Casa ser notificada. Não é na nossa cabeça, Deputado Jalser, que aqui existe o alto e baixo clero, aqui existe o alto e baixo clero assim como existe oposição existe situação. Não vamos tampar o sol com a peneira. Fica o nosso pedido para a Mesa

reavaliar, inclusive tenho 3 requerimentos do meu interesse na Ordem do Dia, eu peço que os retire da Ordem do Dia, independente de qual for o resultado, eu não vou aceitar, se eu perder esse requerimento mesmo sabendo que na Sessão seguinte eu vou perder porque não temos a maioria, irei para a justiça em cima da decisão dessa sessão que eu entendo não ser legítima para votar nada, como também tem um veto do governador eu não aceitarei nenhum resultado.

O Senhor Deputado Jalser Renier continua – Devo informar a Vossa Excelência que continuo com o mesmo posicionamento sobre situação e oposição. A Deputada Aurelina deverá ocupar a Tribuna, e trará resoluções do Tribunal Superior Eleitoral no tocante a essa situação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Eu só queria fazer um comentário, uma justificativa nessa caça às bruxas, quem é culpado ou não. O Deputado George fez a provocação, a lei eleitoral só age quando há provocações, e aqui não foi uma decisão monocrática da Deputada Aurelina não. O Deputado Chico Guerra estava em Brasília, e quem estava respondendo era a Deputada Aurelina que convocou os membros da Mesa cuja maioria estava presente a maioria. Foi regimental e uma decisão certa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – É importante trazer à luz alguns fatos. Primeiro mencionar uma questão que foi tocada de maneira muito superficial em um dos apartes que Vossa Excelência recebeu. O Deputado Damosiel não respondia a nenhum processo, ele estava aqui em razão de um processo que tramitava contra o Deputado George Melo, se fosse tomado o procedimento que a oposição estava exigindo, teria que ser tomado no momento de cassação do Deputado George. O Deputado Damosiel saiu daqui porque o recurso que o mantinha como Deputado simplesmente se extinguiu. Então, não há de se confundir a situação dos dois Deputados.

Quanto ao comunicado do TSE ou do TRE a esta Casa, é importante que se diga o seguinte: a decisão de Tribunal Superior é autoexecutável, não existe fase de execução de sentença ou acórdão em caso de decisão de Tribunal Superior. Então, uma decisão de um Tribunal Superior que foi publicada tem que ser cumprida, independente de ser comunicada ou não a esta Casa. A Câmara dos Deputados por uma alteração no seu Regimento criou um mecanismo que protela a questão do cumprimento da sentença, um mecanismo que eu tenho certeza que se for indagada a constitucionalidade dele, ele deve cair, mas nós não temos a mesma coisa aqui. Então, a Mesa da Assembleia tomou a decisão correta em dar posse ao Deputado George Melo. Honestamente, eu não vejo nenhuma ilegalidade, arbitrariedade ou precipitação na decisão da Mesa, não tenho nada contra o Deputado Damosiel, que é nosso amigo, mas entendo que os atos cumpridos e observados pela Deputada Aurelina e pelos outros Deputados que deram posse ao Deputado George Melo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Jalser Renier continua – Obrigado, Deputado Rodrigo. Senhor Presidente, encerro o meu pronunciamento. Muito obrigado!

A senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, saúdo a todos presentes, os representantes das categorias da saúde, sindicatos e conselhos, os alunos da escola Macunaima. Quero inicialmente dizer ao pessoal da saúde aqui presente que quando veio o plano de cargos da polícia civil, o da progressão funcional, quem pediu vistas para retirar da pauta fui eu. A oposição já tinha negociado para passar, e quem pediu fui eu, pedi porque sou servidora pública, respeito a todos, eu não vou discutir o projeto porque ainda nem tomei conhecimento, só ouvi a leitura aqui, e em nenhum momento houve entre os Deputados rumor de que seria aprovado algum projeto hoje. Em nenhum momento foi aprovado algum projeto sem discutir com as categorias. Então, às vezes, a gente fica aqui discutindo e quem está lá não entende o porquê. Como disseram os Deputados: Sampaio, Erci, Jalser e outros, ser político é ter responsabilidade, aqui a gente não age sob pressão, como disse o Deputado Flamarion, e faltou com a verdade. Quando ele me ligou eu estava em uma reunião de bairro, e apenas respondi que depois telefonaria. Em nenhum momento me senti pressionada, pois quem conhece a minha conduta sabe que eu faço como fiz aqui com o plano de carreira da Polícia Civil, independente do Governo ter mandado ou não. Esta é a minha postura, e será assim com os servidores da saúde, em nenhum momento se falou em aprovar Projeto, e eu não vou falar sobre ele porque não conheço, ainda nem foi distribuído em gabinete.

Se falou muito em quebra de estatuto, e o Deputado Remídio se envergonha, mas a Sessão de terça-feira estava aberta, quando nós demos posse ao Deputado George, embora com Sessão aberta, os

Deputados não estavam presentes, é isso que acontece nesta Casa, fazer palanque é o que o Deputado Erci falou, a credibilidade da Assembleia que vai para o espaço. Fazer palanque da tribuna para aprovar projetos não é competência de Deputado, para enganar pessoas, só para dizer que quer aparecer, sabendo que é projeto que nunca vai ser executado porque é inconstitucional. Nesta Casa, quem tem bom senso não faz! Enganar alguém em troca de eleição! Iludir pessoas para aparecer, jogando vocês contra esta Casa, por muitas vezes até por coisas que não é de competência dos Deputados que a Assembleia cai no descrédito. Isso não é papel de quem se elege com o voto do povo, porque eu só tenho um. E não foi com ele que eu me elegi.

Sou vice-Presidente desta Casa Legislativa, e não aceito que quem estava gritando pelo cumprimento do Regimento Interno, esta Casa tem uma Mesa Diretora, quando o Presidente não está, que, no caso estava em Brasília, eu respondo por ela e assumo os meus atos, que até hoje ninguém pode dizer que foram atos irresponsáveis. O Deputado Jalser citou aqui vários casos de posse. Quando foi dada a posse ao Deputado Damosiel foi na mesma situação que foi dada a posse ao Deputado George, o Deputado Delegado Francisco esperou três meses na Câmara Federal pela posse dele, e ninguém foi contestar isso aqui, e quando foi com o Deputado George quando dizem assim que no ato de posse, ele foi afastado daqui de uma vaga que era dele, ele já havia sido empossado nesta Casa, foi afastado por um processo, por uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral, enquanto todos nós sabemos que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral é que manda, o Tribunal de menor instância tem que acatar decisão de tribunal superior. E aqui não se aguardou isso, fizemos porque, como disse o Deputado Jalser, é praxe nesta Casa, em relação a todos os comportamentos fazer. Eu tenho aqui dois pareceres jurídicos da Assembleia: o que deu posse ao Deputado Damosiel e o que deu posse ao Deputado George Melo que retornou ao cargo, são idênticos. Sempre digo aos Advogados da Casa e, em respeito a eles, pedi para que fosse feito um parecer pela legalidade, não é para agradar a A ou B, e eles chegaram e disseram que se aplicava ao Deputado George o que se aplicou ao Deputado Damosiel. Então, eu tenho certeza que a maioria não faz as coisas a bel-prazer. O Deputado Flamarion começou a ler aqui uma decisão do Tribunal Superior mas não terminou, ele devia ter terminado onde a Ministra Carmem Lúcia decide pelo arquivamento do processo e diz o seguinte: “Em geral, portanto, publicado o acordo do Tribunal Superior Eleitoral, este deve ser executado imediatamente, salvo situações de provimento liminar suspendendo os efeitos do julgado, em hipótese de expressa decisão legal, artigo 216 do Código Eleitoral, ou quando o colegiado deste Tribunal Superior delibere em sentido contrário.” Na espécie o acordo do Tribunal Superior Eleitoral lavrado do julgamento do recurso eleitoral número 557 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônica de 9 de setembro de 2011, perdendo o objeto a liminar que suspendeu o efeito das decisões regionais no recurso eleitoral, até a apreciação dos recursos especiais interpostos. No Julgamento do recurso eleitoral este Tribunal Superior não deliberou que a execução de julgado aguardaria o julgamento de eventuais embargos de declaração, sendo inadequado postergar a efetiva entrega da prestação jurisdicional, contrariando o artigo 5º, inciso 34 da Constituição de República. sobretudo em situações nas quais dois órgãos colegiados da justiça eleitoral, Tribunal Regional e Tribunal Superior manifestaram-se contrariamente à tese dos órgãos requerentes”, isso aqui é decisão do TSE cuja Relatora foi a Ministra Carmem Lúcia, e cujo Processo de recurso foi arquivado.

Não faz muito tempo que, aqui se concedeu uma Liminar contra os casos de decisão do TRE que mandava afastar do cargo, e o TSE sim, só se afasta com a decisão do Tribunal Superior, é o trâmite, é de praxe, é o acórdão, e a jurisprudência daquele Tribunal. Portanto, meus amigos, é fácil fazer palanque, é fácil se posicionar sem ter o trabalho de analisar com responsabilidade os atos desta Casa. É fácil contrariar quando não se atendem os seus interesses, este não é o meu caso, me perdoem! Tem outras jurisprudências. “A decisão nos agravos regimentais do Ministro Carlos Veloso no sentido da necessidade de se aguardar publicação do acórdão para que se execute a decisão protelada...isso no entanto não subtrai a competência em cada caso. Determinar nos termos execução das suas decisões, confirmado nos julgados do recurso especial número 21.” Até porque também não é verdadeiro que o Deputado Damosiel não sabia, ele estava na Presidência junto com seu advogado João Felix, quando a decisão foi tomada. Não é verdade o que foi dito aqui, é a minha briga nesta Casa é o sentido de eu ser chata, foi o que eu ouvi aqui, e quero mandar nos meus 4 mandatos. Não precisei negociar decisão nenhuma, porque eu tenho peito e conhecimento para tomá-las dentro do caminho certo, não se tratou de situação ou oposição,

senão eu não teria dado a minha cara à tampa para pedir que fosse retirado daqui o Projeto dos Policiais Cíveis, encaminhado pelo Governo do Estado. Aqui, eu procuro cumprir porque conheço a minha função, o que é a mim delegado. Inclusive quando foi para dar posse ao Deputado Damosiel se aguardou nesta Casa, que me digam o contrário...No caso do Deputado George, não precisava da vacância porque ele era o Deputado, ele foi afastado por uma decisão do TRE por um Recurso que foi anulado, já havia sido dado posse a ele nesta Casa, ele apenas retornou no momento em que um Tribunal superior disse que aqueles recursos estavam anulados, a Mesa desta Casa, composta por 8 Deputados, mais a Corregedoria, cujo corregedor é o Deputado Erci, e a Ouvidoria que era o próprio Deputado Damosiel, estavam presentes juntos com os Advogados, fazendo o que esta Casa sempre fez com os Governadores e com os Deputados. Eu não sei agir com dois pesos e duas medidas, pedi à Consultoria desta Casa para analisar, porque quando foi a posse do Deputado George foi aqui, e o que manda a Jurisprudência da Justiça brasileira? Que se aguarde decisões dos Tribunais superiores. Portanto, o que se fez aqui foi cumprir a decisão de um Tribunal Superior. Se eu estiver errada que mudem os Ministros do TSE as decisões proferidas até agora.

Quero dizer também que na terça-feira nós ficamos aqui, e esta Casa realizou um seminário mas não tinha Deputados nesta Casa, nós não encontramos Deputados, inclusive, Deputado Remídio, ligamos mais de 10 vezes para Vossa Excelência. A gente não toma decisão arbitrária, e a gente não quis fugir daquilo que é de praxe nesta Casa ao longo dos anos.

Quando a Constituição diz que é assegurado à pessoa ampla defesa, não se vai criar um processo aqui dentro para julgar se o Deputado é inocente ou não, quem decide isso é a justiça, a ampla defesa se refere a comunicar ao Deputado que estava presente com o seu advogado.

Com relação à portaria, ao Projeto de Decreto Legislativo, que mudou a legislação eleitoral, quem fez fui eu, porque eram momentos em que todo dia se julgava um daqui. Então, para darmos posse imediata, eu fiz, foi publicado porque todos os Projetos antes de aprovação são publicados, não foi aprovado porque contrariava interesses, porque naquele momento o que a maioria queria era que as decisões do TRE, com relação a Governo, fossem imediatamente executadas. Então, já que começaram a falar, a contestar, é bom que as coisas fiquem claras. A Assembleia não julga ninguém, ela não tem esse poder! Ela faz leis e executa decisões.

Foi colocado aqui que eu não fui autorizada a fazer, quando eu estou na condição de Presidente eu não preciso de autorização de ninguém para cumprir a minha função. Preciso dentro daquilo que é regimental. E posse de Deputado no Regimento Interno, tanto falaram aqui que foi desrespeitado, é da decisão da Mesa Diretora, está no regimento interno! Se fez palanque? Ou desrespeitou regimento?

Não sei se tem mais coisa que eu deveria responder. Eu ouvi dizer que "Quem lhe deu posse não tinha o poder de lhe dar a posse." por quê? Onde é que está escrito isso? Em que parte do Regimento? Eu sou vice-Presidente de uma Casa Legislativa, e estou no exercício da Presidência, eu preciso de autorização para tomar uma decisão? Eu deixo de ser vice-presidente, esta nunca foi a minha postura, nem dentro nem fora desta Casa. Então, são essas coisas que nós gostaríamos de colocar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Senhora Deputada, na quarta-feira eu sai daqui ao meio-dia, fui ao hospital cuidar da minha mãe que está internada, às 15 hora, como combinado, eu estava aqui de volta. Quando saí do hospital, havia várias ligações da Senhora, mas como eu já estava a caminho da Assembleia, para a Sessão que estava marcada para às quinze horas, eu retornei para cá, e fiquei sabendo que já havia acontecido a posse. Então, só quero esclarecer, porque senão dá a impressão de que a Senhora ligou, e não estávamos aqui para cumprir com as obrigações. O George Melo disse que eu não o quero aqui na Casa, mas eu não tenho motivos para isso! Eu não concordo é com a forma como foi feita, feita no afogadilho como foi feito, uma vez que estava marcado para às quinze horas, poderíamos ter nos reunido no horário marcado e dar a posse. Eu só quero dizer se a decisão era da Mesa Diretora, e agora eu quero esclarecer que a Senhora tem poder para tomar decisão, então ok! Eu só quero esclarecer que, na condição de membro da Mesa Diretora, eu não estava presente e não fui convidado, não concordo com a decisão de ter sido feita às pressas, poderia ter acontecido às quinze horas. Não concordo é que algumas pessoas tomam decisões, e como bem a Senhora disse tem poder para tal, e depois diga que foi decisão da Mesa Diretora. Então, eu não concordo com essa decisão, não precisava ter sido feito assim. Muito obrigado!

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros continua – Eu não disse que tomei uma decisão só, o que eu contestei aqui foi o que eu

ouvi observações de vários tipos: por que não esperou o Presidente? Não pode mais viajar senão vai tomar decisões? Eu disse com relação ao fato que o que cabe ao papel de Presidente eu tomo as decisões. Com relação à posse do George, a decisão foi da Mesa, não foi da Aurelina, nós fomos chamados... inclusive o Deputado Erci estava chegando de viagem, pedi que ele viesse aqui! Eu encontrei com o Deputado Rodrigo e pedi que viesse, e a posse foi feita às quinze e trinta da tarde.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero um aparte para esclarecer alguns fatos. Primeiramente o Pedido de Vistas do Polícia Civil foi meu e de Vossa Excelência, foi um pedido conjunto. Para ser verdadeiro, eu tinha pedido no dia anterior, fiz por escrito, foi negado, inclusive foi alegada a questão regimental, porque era Sessão Extraordinária e não cabia pedido de vistas, vários argumentos foram usados, que não me convenceram. No dia seguinte, houve uma mudança, inclusive eu vi Deputado pede Vistas e não vale, já no outro dia vale. Se nós pegarmos os vídeos da reuniões das Comissões vamos ver que está cheio dessa situações. Ouvi um dia desse um Deputado dizer que iria rasgar o Regimento Interno, mas eu estou percebendo como está sendo rasgado. A Câmara Federal não deu posse aos Deputado Chico das Verduras, e nem vai dar porque nós nos espelhamos na Câmara Federal, inclusive aprovamos uma Resolução nesta Casa com esse objetivo, e o Deputado Chico não vai tomar posse tão cedo porque a Câmara vai ser citada, vai ser aberto um procedimento interno para saber se aquela decisão é uma questão formal, se aquela decisão vale ou não. Então, o procedimento correto seria notificar, ou remetesse à Corregedoria para abrir um procedimento para dar posse ao Deputado George, se aconteceria à noite! Ou se a Mesa tinha interesses imediato! Se a base Governista estava pressionando, isso não importa, nós temos que cumprir o Regimento Interno. Então fica o meu pedido para que nas próximas seja cumprido o Regimento, inclusive este Deputado foi alvo da corregedoria por questionar a falta de parcialidade da Mesa Diretora em conduzir algumas questões aqui, inclusive na formação das Comissões no que tange à proporcionalidade; quanto aos Projetos de Urgência Urgentíssima, não tem discussão como deveria ter, respeitando o Regimento. O Deputado Célio é cobrador do funcionamento das Comissões, que passe pelas Comissões os Projetos, isso está amparado mas não funciona assim. Muito obrigado

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros continua – Deputado Sampaio, quando o George foi afastado não teve isso, o procedimento foi idêntico, e o Delegado Francisco ficou uns dois meses ou mais... O correto é o nosso! Nós não temos cabresto aqui! A decisão é da Casa, da Mesa, e na época ninguém se manifestou, não sei por quê? Será porque o Deputado Damosiel é da Base de Oposição? Eu fiquei na Mesa com todos os Deputados de oposição que não saíram de lá até eu dar posse. Aí são dois pesos e duas medidas, e a gente seguiu o mesmo trâmite que foi feito naquele momento.

Com relação à Polícia Civil, eu vou esclarecer. Em nenhum momento eu me posicionei favorável. Mas a base, que estava lá em cima à mesa, já tinha decidido negociar, passando as emendas, o projeto passaria no último dia de Sessão nesta Casa. Quando tinha sido negado o pedido de vistas do Senhor sim, em seguida vocês negociaram, eu achando que a negociação não era correta, peguei o microfone, quando o senhor contestou, eu disse: junte-se a mim e vamos fazer o pedido de vistas. Os 24 Deputados estavam presentes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu queria também, Deputada Aurelina, me pronunciar a respeito do projeto da Polícia Civil. Quando a Senhora disse que a oposição estava negociado para voltar, sempre fui contrário, sempre dei muita força ao Deputado Sampaio que pedisse vistas. Naquela em hora que a senhora pediu vistas, fiquei do seu lado. Eu estava bem na sua frente e disse: Deputada, este projeto não é bom neste momento. Outra coisa que eu queria lembrar, é que a senhora também falou que terça-feira não tinha nenhum Deputado em plenário. Pois tinha, Deputada, nós ficamos aqui. Infelizmente, como é de costume nesta Casa, quando tem simpósio ou algum evento de alguma comissão, os Deputados não participam. Nós estávamos em quatro Deputados nesta Casa, e às duas horas da tarde chegou uma mensagem no meu telefone dizendo que tinham dado posse ao Eminentíssimo Deputado George Melo. Foi uma

surpresa, pois eu não sabia nem se tinha Deputado aqui na Assembleia. Fui pego de surpresa, e mostrei para o Deputado Brito, pois estávamos nós dois presidindo o Seminário da Indústria e Comércio. E queria pedir à Senhora que, como Vice-Presidente desta Casa, quando houver alguma decisão para ser tomada, primeiro reúna os Deputados e converse com eles sobre qualquer decisão que for tomar, para acabarmos com esse problema aqui, que não é bom para nós. Eu tenho respeito muito grande pela Senhora, pelo seu mandato, com longo tempo de Casa que a Senhora tem. E isso não era para estar acontecendo neste momento. Então, vamos rever, vamos deixar nossa realidade de lado e vamos rever nossos posicionamentos. Como a Senhora é Vice-Presidente deste poder vamos rever as suas decisões. Vamos nos juntar para que possamos tomar uma decisão em plena harmonia com o parlamento. Então, o pedido que eu queria fazer a Vossa Excelência.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros continua. - Deputado, eu tenho muito respeito por todos aqui. A gente sempre conversa, discute, com todos os Deputados. Quando discuti aqui o Projeto da Polícia Civil, acho que o pedido de vistas foi acatado por todos. E isso é coisa menor. O bom é que não foi daquela forma. Essa é uma decisão de todos. Realizava-se, aqui, um seminário naquele momento. O pedido do Deputado George foi lido na Mesa. Eu estava aqui também. Naquele momento nós o encaminhamos à Consultoria Jurídica e chamamos a Mesa para analisar junto com o Consultor Jurídico da Casa o que poderia ser feito. O Deputado Célio que é líder do Governo estava aqui na hora. E também nós não chamamos. Foi aquele momento, sem saber se a Mesa decide, se discutiu com a Consultoria Jurídica, e se tomou essa decisão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Deputada Aurelina, o Deputado George Melo se encontra, ele pode responder por Vossa Excelência. Eu vi vários Deputados hoje aqui advogando para o Deputado George Melo, ora advogando pelo ex-Deputado Damosiel. Eu discordo. Aqui nós temos três advogados com a carteira da ordem, porque temos um também Deputado Jalser que merecia também ser advogado. Eu discordo do Deputado Rodrigo, que citou que a decisão não precisa ser notificada, basta ser publicada e cumprida. Eu discordo, porque toda decisão judicial tem que ser notificada pelo menos as partes ouvidas. Mas eu acho que para esclarecer todo tipo de dúvida, Deputado George Melo ou Vossa Excelência, ou o Deputado Jalser pode responder se os direitos políticos do Deputado George Melo estão válidos pelo TRE. Se o TRE notificou a Assembleia de que o Deputado George Melo poderia assumir a vaga. Se o diploma dele está válido. Se tiver, não há o que se discutir. E essa é a pergunta. Acho que essa pergunta acaba por encerrar a discussão que está havendo aqui.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Reinier – Deputado Marcelo, eu não tenho formação em direito. Eu fiz uma consulta técnica a um advogado eleitoral, e me foi dito que a questão proferida pelo TRE, e sentenciada pelo corte supremo do Tribunal Superior Eleitoral, independe da posição do Tribunal Regional Eleitoral porque o Tribunal Superior Eleitoral desqualificou as provas. Então, se o TSE desqualificou as provas, o Tribunal Regional Eleitoral não precisa dar uma carta de posse para o Deputado George Melo. Pelo menos foi o que me disseram os dois advogados eleitorais com quem eu conversei. Então, veja bem, esta é uma questão mais técnica do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa tecnicamente deu posse. Ela poderia tecnicamente não dar posse. Ela poderia aguardar um instrumento do próprio Tribunal Superior Eleitoral, suscitado pelo então Deputado George Melo, que estava afastado, para que o Tribunal manifestasse uma decisão democrática ou não. E isso poderia transcorrer três, quatro, cinco dias, cinco ou seis meses. Enfim, a Assembleia simplesmente tomou a decisão diante do fato que foi apresentado pelo Parlamentar. Então, na verdade, não foi um contraponto. O Tribunal Regional Eleitoral, foi notificado? Não. A decisão invalidou as provas.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros continua. - Eu só queria dizer, Deputado, que a decisão do TSE, aqui no momento em que o TSE, diz aqui essa jurisprudência tomou uma decisão contrária à decisão do TRE, anula aquela decisão. É um Tribunal superior ao TRE. É uma decisão do TSE. E outra prática também que a gente sabe, o senhor é advogado, é que embargos não mudam decisão de pleno. Também seria, no máximo, a gente esperar até que o Deputado Damosiel entre com recurso. Poderia ter acontecido isso sim, se não houvesse provocação de partes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Estou um pouco preocupado com o andamento dos trabalhos da Assembleia. Eu ouvi a discussão de ambas as partes, desde 9 horas da

manhã, são meio-dia e quinze. A gente praticamente não fez nada. Eu dou apoio para a atitude que a Senhora tomou como Presidente e como membro da Casa. E se alguém se achou prejudicado que recorra a justiça. Se o Damosiel está se achando prejudicado recorra da decisão que a Casa tomou. Uma vez a decisão tomada, é um direito do George tomar posse. Eu acho que daqui para a frente a gente tem que procurar trabalhar. Eu vejo acusação de ambas as partes quando se trata de projeto, daquele ou desse. Acho que a gente tem que procurar harmonizar essas discussões.

Quanto à questão dos funcionários da Saúde, todos aqui achando que hoje os Deputados iam votar o projeto da saúde. Eu, como médico, nem tomei conhecimento, não fui consultado até o presente momento sobre o referido projeto. Gostaria muito dar a minha opinião, minha participação, como líder do Governo, como médico, como Deputado. Eu acho que os trabalhadores da saúde merecem que façamos um Plano de Cargos e Salários porque é a única categoria neste Estado que vem sofrendo, não teve um aumento sequer durante todos esses anos. Praticamente todas as outras categorias já foram refeitas. Se fala na questão dos médicos, como uma classe privilegiada. É engano, porque tanto sofrem os médicos com péssimos salários, como sofrem os enfermeiros, como sofrem os dentistas, como sofrem os auxiliares e técnicos de enfermagem. E nós precisamos encontrar uma solução mais rápida possível para dar tranquilidade a essa categoria para que exerçam com dignidade o seu trabalho. Quem trabalha na saúde sabe quanto é difícil a situação, porque saúde não é como outro trabalho qualquer. Saúde são vinte e quatro horas integrais. É preciso melhorar muito a saúde do nosso Estado. Então, essas questões precisam ser discutidas com eles, com o sindicato, com as associações, mas levar em conta o bom senso, se necessário, cada parte ceder um pouco para que se encontre a solução para esses problemas.

E quanto aos trabalhos daqui da Assembleia, vamos nos irmanar, oposição e situação no sentido de fazer com que a Assembleia volte a produzir, que não fiquemos como no dia de hoje, estamos até agora em cima de discursos que não trazem grandes resultados para a sociedade.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros continua. - Deputado Célio, eu quero lhe agradecer. Faço minhas as suas palavras no sentido de observarmos a responsabilidade com as categorias funcionais. Que a demagogia não é o forte da Assembleia, nem pode ser. Quero dar boas-vindas ao Deputado George, dar um abraço ao Deputado Damosiel, que é um amigo também. E se achar que algo está errado. Se o direito dele foi ferido, é direito dele recorrer da decisão desta Casa. E se amanhã eu for Presidente e houver uma decisão do Tribunal Superior onde o Deputado George perca seus direitos, com certeza, eu darei posse do mesmo jeito ao Deputado Damosiel. Nunca foi a marca da Deputada Aurelina cometer injustiças ou agir para privilegiar ninguém. Muito obrigado aos Senhores.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Ordem do dia: Discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental de veto nº 026/12; de Veto total ao Projeto de Lei nº 047/11, em turno único, que “Institui o Dia do Militar, do Policial Inativo e Pensionista; e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Projeto de Lei nº 076/11 que “Obriga o Governo do Estado de Roraima a divulgar os valores dos Recursos repassados mensalmente aos municípios roraimenses pela SEFAZ, bem como outras secretarias”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 081/11, que “Institui o Dia do Radialista no Âmbito Estadual”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 009/12 que “Assegura ao consumidor o direito de saber antes, durante a negociação e depois da compra o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Resolução Legislativa nº 008/12, que “dispõe sobre a denominação do coral da Assembleia Legislativa de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora; Requerimentos de Pedidos de Informação nº 008, requerendo que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, para que preste as seguintes informações: 1. O Poder Executivo está recolhendo os encargos previdenciários patronais dos servidores estaduais? 2. Existe alguma categoria de servidores que tem valor recolhido, referente aos encargos previdenciários patronais, que não é repassado ao IPERR? 3. Existe regularidade no recolhimento e repasse dos 14% referentes à parte patronal sobre a remuneração dos servidores efetivos da Secretaria do Estado da Saúde? Requerimento de Informação nº 009 de 2012, requerendo ao plenário que seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, Lenir Rodrigues Luitgards Moura, para que preste as seguintes informações:

1. Quais as empresas que prestam atualmente serviços de transporte escolar à referida Secretaria? Quais os números e publicações 010 e 011/12, todos de autoria do Deputado Soldado Sampaio. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para realizar reunião das Comissões Permanentes da Casa.

Senhor Presidente Chico Guerra - Suspendo a Sessão para que as comissões se reúnam para dar parecer as matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 026/12, juntamente com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lida à Mensagem Governamental de Veto nº 026/12, juntamente com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final)

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, eu gostaria de ter conhecimento do teor do parecer da Consultoria Jurídica para louvar a minha decisão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do parecer jurídico.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Parecer da Consultoria Jurídica)

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão a Mensagem Governamental de Veto nº 026/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, primeiro projeto é de nossa autoria e tem emenda do ex-Deputado Sargento Damosiel. E o intuito, Senhor Presidente, e até apelo para a sensibilidade de todos, como o Deputado Coronel Chagas conhece muito bem, já é um policial inativo, é homenagear e reconhecer esses policiais e bombeiros muitos deles trabalharam 35 anos, outra parte com 30 anos de serviços dedicados à segurança pública. Principalmente, Senhor Presidente, aos policiais do ex-território que ingressaram na briosa Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros na década de 60, 70, então guarda territorial. E esses policiais simplesmente foram esquecidos em todos os sentidos, por parte do Governo Federal que não vem reconhecendo e valorizando a questão salarial. Lembro muito bem, Deputado Brito, quando ingressei na Polícia Militar, um soldado da União ganhava cinco vezes mais que um policial do Estado. E hoje não que o salário do Policial Militar cresceu, pelo contrário, é o da União que vem diminuindo cada dia mais. Esses trabalhadores, muitos deles têm até vergonha de passar na frente dos quartéis porque não é reconhecido, não é valorizado. Então, o nosso projeto, Senhor Presidente, foi no sentido de a gente de alguma forma lembrar esses bravos trabalhadores, esses heróis da Segurança Pública que, enquanto muitos cidadãos do Brasil afora se negavam a vir para Roraima, vieram para Roraima, ingressaram na Polícia Militar, foram fazer policiamento nos quatro cantos do Estado a exemplo de São Luiz do Anauá, Entre Rios, Caroebe, Água Fria, Uiramutã, Mutum, todos esses locais, com um policial militar atendendo a sociedade, muitos deles faziam o papel de juiz, delegado, policial, enfermeiro. Naquele momento era o único servidor do Estado que estava à disposição da sociedade. Esse projeto é para reconhecer, valorizar esses trabalhadores que dedicaram suas vidas à segurança pública. Fico feliz porque Assessoria desta Casa não encontrou na questão legal nenhum argumento para manter o Veto, assim como a Relatora Deputada Aurelina não encontrou nenhuma ilegalidade no projeto, tenho a plena certeza que é uma questão política, é um Projeto de Lei, não cria ônus para o governo, mas o autor dele, talvez, tenha cometido um erro de não ter colocado dois ou três da base governista, e hoje passaria tranquilamente. Peço aos Deputados da base governista que reconheçam esses trabalhadores, pois é uma forma de homenagear e estamos pedindo que o Comandante da polícia Militar, uma vez por ano, faça alguma solenidade para reconhecer e valorizar esses trabalhadores. Peço que mantenha a decisão desta Casa, derrubando o Veto, peço apoio dos demais colegas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, analisei o projeto e não vejo razão para o Veto, é uma forma de reconhecer aqueles que por, mais de três décadas, prestaram relevantes serviços para sociedade roraimense, nos mais distantes rincões deste Estado. Acredito que esta Casa, por não manter o Veto, vai está fazendo justiça àqueles que fizeram segurança à sociedade roraimense. Por essa razão peço aos companheiros o voto pela manutenção do projeto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação, a votação

será secreta, votando “sim” os Senhores Deputados estarão mantendo o Veto e votando “não” estarão rejeitando o Veto.

Informo aos Senhores Deputados para aprovação da matéria e necessário 13 votos.

Para encaminhar a votação o Senhor Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, oriento a bancada da oposição que vote “não” para derrubar o Veto do Executivo.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Declaro mantido o Veto Governamental ao Projeto de Lei nº 026/11, com 09 votos “sim”, 08 “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei nº 076/11 e Parecer da Comissão de Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Lei nº 076 e Parecer).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, esse Projeto é de minha autoria, ele visa obrigar o Governo do Estado a divulgar no site a transparência do Estado, todos os recursos que forem repassados aos municípios, através de convênio com o Governo do Estado com os Governos Municipais, existe uma Lei Federal e uma orientação do Ministério da Fazenda para que os recursos federais sejam colocados à disposição dos cidadãos, no site transparência Brasil. Ao meu Projeto de Lei, busco ajuda dos demais Deputados, é que os recursos do Estado que forem repassados para outros municípios sejam colocados no site transparência do Estado. Portanto, não existe uma Lei Estadual, só vai existir se tiver Vossas Excelências aqui como papeiros na aprovação desse projeto e a sensibilidade do Governador de sancionar essa lei, com base no princípio da publicidade e transparência, para que o cidadão saiba para onde foram os recursos dele, e o Governo do Estado tem por obrigação colocar à disposição da publicidade esses atos. Peço aos Senhores Deputados que votem “sim” pela aprovação.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, gostaria de dizer que o Projeto do Deputado Brito é interessante, vem realmente ao encontro daquilo que é a função do parlamentar, que é fiscalizar. Portanto, apenas, quando me reportei ao meu relatório, foi o fato de tanta Lei de Responsabilidade Fiscal como a Constituição Federal já obriga a publicação dessas despesas, que caberia a esta Casa acompanhar e fiscalizar. O meu posicionamento foi pela duplicidade da obrigação. Quer dizer, o Estado já é obrigado a publicar essas despesas.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, eu quero, de antemão, antecipar meu voto. Eu acho que quanto mais transparente possível melhor para o cidadão. Nós, enquanto Parlamentares, temos dificuldades, às vezes, em fiscalizar o Executivo, imaginem o cidadão. Essa história que está acessível ao cidadão, qualquer um pode chegar e requerer, não passa da história de carochinha. Esta proposição só vem ajudar a contribuir, principalmente, em virtude das situações calamitosas em que se encontram os municípios do interior do Estado. E a grande questão lá é que não têm recursos. E os vereadores, geralmente, os de oposição, demonstram que têm recursos. Eu acho que nós estaremos andando no sentido que avança o Brasil hoje, da publicidade da gestão pública. Reprovar esta lei estaremos remando contra a tendência que nós temos hoje. Eu fiquei até feliz, a exemplo do que está na Folha de Boa Vista, a arrecadação de cada candidato a prefeito de Boa Vista, às doações, às despesas. Aquilo sim, que é um grande avanço. Esta lei seria um grande avanço para o cidadão nos municípios do interior do Estado e também de Boa Vista para saber quanto o estado repassa para cada município. Era isso, e já antecipo meu voto pela aprovação.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral – Senhor Presidente, eu queria só salientar que esses recursos que são feitos pelo Estado já estão disponíveis no site da ASSEFAZ. E quem entrar hoje nesse site irá ver cada repasse para o município, para a Assembleia, para os Poderes Legislativos. Isso já está autorizado. Está no site da ASSEFAZ a transparência de quanto é repassado para cada município e para cada poder deste Estado. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente – (Chico Guerra) – Coloco em votação a matéria. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria. E votando não, os Senhores Deputados estarão rejeitando a matéria.

Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

O Deputado Sampaio e Deputado Célio Wanderley farão o encaminhamento de votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – A oposição encaminha pela aprovação do projeto.

O Senhor Deputado Célio Wanderley - Todas as vezes que a gente vota um projeto, que vem vetado, com certeza, este projeto deve ser vetado, porque já existe a lei, não tem necessidade de se fazer. Então, a liderança do Governo orienta para votar não

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por rejeitado o Projeto de Lei nº 076/11 por por 9 votos não, 6 sim e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 081/11, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Lei nº 081/11 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.)

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o Projeto de Lei nº 081/11.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhora Deputada Aurelina Medeiros, quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa, e o meu voto é a favor do seu projeto. E oriento a bancada de oposição a votar sim para que o radialista tenha o seu dia a ser comemorado pelo nosso povo e por todos os radialistas. Votaremos a favor por entender que é benéfico.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu acho que o radialista roraimense merece a sua homenagem. E a gente não se preocupa com o projeto de a ou de b. Nós nos preocupamos com projetos que sejam de interesse da sociedade ou de segmento representativo dela. E o radialista exerce o preponderante papel no sentido de informar. Às vezes, a dona de casa está ouvindo seu rádio enquanto prepara seu almoço, e se informando através do rádio. Por esses motivos o projeto é importante e eu voto favorável.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, voto “sim” pela aprovação, é uma forma de reconhecer e valorizar o radialista profissional, que leva informação principalmente para as comunidades mais distantes do nosso Estado, onde boa parte não tem televisão, o meio de comunicação mais acessível é o rádio, principalmente a Rádio FM. Então, em homenagem a esses trabalhadores da Comunicação, voto sim. Agora, Presidente, gostaria que os demais companheiros, assim como a oposição toda vai votar, tive a mesma postura, já tive projeto nesta Casa rejeitado, simplesmente estava propondo o Dia Cristão, para uma sociedade tão violenta, as famílias cada vez mais desagregadas, seria um dia a mais para lembrar a mensagem cristã, enfim, esse Projeto sequer foi levado para o Plenário. Há pouco, teve um projeto nosso, reconhecendo os trabalhadores da segurança inativos, fizemos um convencimento conseguimos aprovar, e o Governador Veta, a Assembleia mantém o Veto. Então, vale o que falamos de manhã: são dois pesos e duas medidas, vale aquilo que falei aos trabalhadores da saúde: precisam estar mobilizados, o governo continua com a maioria que tem aprovado nesta Casa aquilo que interessa a ele. Os trabalhadores da saúde acompanhem de perto esse projeto dos senhores, senão o governo vai passar por cima como rolo compressor, como já passou outras vezes, como nesse pouco tempo de mandato já presenciei.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Nobre Deputado, Vossa Excelência conhece o nosso funcionamento com relação a isso, tenho chamado atenção para votação nesse tipo de projeto, que se aprova aqui por unanimidade, depois vem o Veto e acontece o que aconteceu, sempre tenho chamado atenção nesse sentido.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, com relação ao Projeto do Deputado Brito, com certeza, se já não existisse a Lei teria meu voto favorável sim, o meu intuito não foi de oposição e nem situação, apenas de respeito a esta Casa e a função parlamentar. Com relação ao nosso projeto que atendeu a um grupo de radialistas, apesar de não ser da área de comunicação, mas, um grupo de pessoas desta área pediu para que o Projeto fosse encaminhado em atenção à solicitação de vários profissionais da área que aqui estiveram.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação, votando “sim” os senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não” rejeitam.

A votação será nominal e eletrônica.

Solicito abertura do painel.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Encaminho pela aprovação do Projeto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Declaro aprovado o Projeto de Lei 081/11, com 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 009/12 que, assegura ao consumidor o direito de saber antes e durante a negociação, depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto final, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Projeto de Lei nº 009/12 e Parecer).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o Projeto de Lei nº 09/12.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores aqui presentes. Esse projeto visa esclarecer ao consumidor quais os valores dos impostos embutidos em cada produto. Para exemplificar: se um produto custa dez reais, o empresário, vendedor, vai destacar o produto que custa dez reais, embora sejam cinco de ICMS, três IPI, um de CONFINS, 0,5 de PIS, enfim, ele vai colocar o valor do produto e identificar os impostos discriminando cada um dele. Então, o consumidor vai ter direito de saber quanto realmente custa o produto, quanto custam os impostos que ele paga, para poder cobrar muito mais das autoridades públicas a devolução desses recursos em benefício do nosso povo, como cobrar também do empresário licitude do repasse desses valores para o Estado. É uma contribuição grande para meu amigo Coronel Chagas que está à frente do PROCON da Assembleia para que faça valer essa lei que deverá ser aprovada por unanimidade, e peço aos nobres colegas para aprovarmos, que o governo tenha a sensibilidade de sancionar. Será mais uma vitória, não do Deputado Brito, não desta Casa, mas do povo de Roraima. Agradeço.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, o Deputado Brito, com muita propriedade disse quase tudo com relação ao Projeto. Aproveito este momento para informar que os institutos, universidades, têm estudos que demonstram que, para nós brasileiros, dos 12 meses que trabalhamos, cinco meses são para pagar imposto. Tenho colocado isso nas minhas falas no interior do Estado, aqui na Capital, mas a população não acredita nisso. Então, projeto do Deputado Brito vem com toda certeza deixar mais evidente, deixar mais claro para o cidadão quão grande é a carga tributária em nosso Brasil, talvez ele, ao perceber isso na nota fiscal, vai ter mais cautela na hora de escolher os gestores desses cinco meses de seu suor que ele paga de imposto durante o ano. Nosso voto é pela aprovação.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Gostaria de perguntar ao Deputado Brito como funcionaria no supermercado, se aquelas máquinas têm recursos para registrar todos esses impostos?

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Tem sim, foi discutido com Associação dos Distribuidores e Atacadistas e com Associação dos Supermercadistas, e conclui-se que sim colocar o valor do produto e discriminar os impostos. A classe empresarial quer, porque muitas vezes o cliente indaga, por que é tão caro tal produto. O fato é que existem impostos embutidos, se discriminados, fica bastante esclarecido para o consumidor e empresário tanto sobre o custo do produto e quanto ao valor do imposto.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, quero louvar a iniciativa do Deputado Brito, que se revela um grande defensor do consumidor. São inúmeros os projetos apresentados nesta Casa com esse objetivo. Quero dizer que relatamos a matéria favorável, assim, também, vamos votar em Plenário, pedirmos que todos os colegas nos acompanhem, para a aprovação do projeto que é de interesse do cidadão roraimense.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Coloco em votação, em turno único, o Projeto de Lei nº 009/12 que “Assegura ao consumidor o direito de saber antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço”, de autoria do Deputado Brito Bezerra. Votando “sim” os Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não” estarão rejeitando a matéria.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede encaminhamento de votação – Em nome da liderança da oposição, nós encaminhamos para a votação.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 009/12, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 008/12 que “Dispõe sobre a denominação do coral da Assembleia Legislativa de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Resolução nº 008/12).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Coloco em votação, em turno único, o Projeto de Resolução nº 008/12 que “Dispõe sobre a denominação do coral da Assembleia Legislativa de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora, com nome de Izídio Gaudino Filho. Izídio foi um funcionário desta Casa, falecido há uns anos, foi um incentivador do coral da Assembleia. Votando “sim”, os Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando a matéria.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, Senhor Primeiro Secretário, Vossa excelência foi um defensor da cobrança das faltas, e neste período, temos apenas um dia de sessão, na terça-feira. Olhem o quorum que estamos tendo nessas votações tão simples. Gostaria que Vossa Excelência fizesse o registro dos deputados ausentes à Sessão.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Deputado, os deputados que não estiverem de Resolução terão suas faltas, encaminhadas ao departamento de Recursos Humanos para serem descontadas como tem sido feito.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Dou por aprovado o Projeto de Resolução nº 008/12, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Resolução nº 013/12 que cria a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 036/12, que “Institui a gratificação de atividade médica e os cargos de cirurgião dentista e suas diversas especialidades, e dá outras providências”, constituída pelos Deputados: Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.

Comunicamos aos sindicalistas e membros da comissão que está sendo incorporado o ofício nº 020, da Comissão PCCR/SESAU, de 28 de agosto de 2012, assinado por Humberto Nogueira, representante da Comissão Multiprofissional de Saúde, e será distribuído juntamente com o Projeto para a comissão

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento da Resolução nº 14, que “Cria a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 039/12, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito interna junto ao BNDS, tendo como agente financeiro o Banco Central do Brasil S/A, no âmbito do programa PROINVESTE a oferecer garantias”, constituída pelos seguintes Parlamentares: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Jalser Renier, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Resolução nº 014/12).

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Pergunto ao Secretário se está sendo respeitada a proporcionalidade das bancadas desta Casa. Se é uma comissão de nove Deputados, pois, regimentalmente, seriam três da oposição e seis da situação. Pergunto ao Primeiro Secretário, quantos Deputados da oposição constam nessa Comissão foi criada há pouco.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Há três deputados fazendo parte da composição da comissão: Deputados Marcelo Natanael, Flamarion Portela e Brito Bezerra.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem - Deputado Natanael, desculpe perguntar a Vossa excelência e expô-lo a essa situação, mas faço a observação: se Vossa Excelência é situação ou oposição, haja vista que temos um líder de oposição e termos reuniões frequentes e se Vossa Excelência for, será muito bem vindo, o receberemos de braços abertos e reconheceremos Vossa Excelência como parte dessa Comissão. Se não for, vamos pedir a substituição, Presidente.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede uma Questão de Ordem – Deputado Sampaio, eu tomei apenas uma decisão política de apoiar o Deputado Mecias de Jesus. Vou ser franco a você que nem me desliguei do bloco. Formalmente, nem formalizado esse bloco se encontra dentro da Assembleia, essa foi a razão de não ter tomado partido como não tenho certeza, também, se o bloco de oposição está formalizado devidamente. Então, peço a Vossa Excelência que entenda que tem que ser respeitada a proporcionalidade também dos partidos, pois faço parte de um partido e sou líder desse partido aqui na Assembleia, do qual faz parte também o Deputado Mecias. Peço que a

Casa veja no sentido da representatividade do partido, por essa razão e por ser membro, também, da Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede uma Questão de Ordem – Quero informar ao senhor Deputado Marcelo Natanael que o bloco de oposição está formalizado nesta Casa, temos reuniões frequentes e fazemos oposição ao Governo do Estado naquilo que não atende às necessidades do nosso povo. Que Vossa Excelência seja bem-vindo ao nosso meio.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimentos de Pedido de Informação nº 008, requerendo que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, prestar as seguintes informações: 1. O Poder Executivo está recolhendo os encargos previdenciários patronais dos servidores estaduais? 2. Existe alguma categoria de servidores que tem valor recolhido, referente aos encargos previdenciários patronais, não repassado ao IPERR? 3. Existe regularidade no recolhimento e repasse dos 14%

009, 010 e 011/12, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, foram aprovados os quatro requerimentos, um dos quais pede se a Secretaria de saúde está recolhendo devidamente o IPER patronal, pois a informação que eu tenho é que não está sendo recolhido. A outra pede a relação dos quase seis mil cargos comissionados, nome, lotação; o outro, Senhor Presidente, solicito a relação do transporte escolar. Espero que o Governo do Estado envie para esta Casa, e não faça como fez com os requerimentos que foram aprovados por esta Casa, pois aí é uma decisão do plenário, e as informações não são prestadas. Inclusive, já estou acionando na justiça o Secretário de Saúde por não enviar a esta Casa o Requerimento meu aprovado, solicitando os contratos dos últimos dois anos. Então, fica registrado o meu posicionamento de que foram aprovados e lidos. Espero, no prazo de trinta dias, essas informações aprovadas pelos quatro requerimentos. Era isso, Senhor Presidente, obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, foi aprovada também a criação da Comissão Especial para discutir os problemas dos profissionais de saúde e membros da oposição que fazem parte, eu não faço parte dessa comissão especial, mas o Deputado Sampaio faz. Então, me reportando ao farmacêutico Humberto Alves Nogueira, que nos procure na oposição para que possamos agilizar as reuniões necessárias para formar aí o consenso desse plano, desse PCCR para que possamos trabalhar juntos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Peço aos Deputados dessa Comissão que se reúnam o mais rápido possível para escolher o Presidente e o Relator, para dar fluidez à matéria.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Deputado Guerra, obrigado pela oportunidade. Hoje pela manhã, gostaria de ter sido inscrito, mas a minha assessoria não fez. Fico feliz, pois a classe da saúde ainda se encontra em plenário, para fazer apenas uma observação. Parabéns ao discurso do Deputado Sampaio e do Deputado Flamarion. Concordo com ele no que diz respeito à pressão. Infelizmente, as coisas só funcionam dessa maneira. Querida citar só um exemplo do que aconteceu no Estado do Amazonas, Deputada Ângela, onde a classe médica tem um plantão de 800 reais que estava solicitando, reivindicando junto ao Governador do Amazonas aumentar para mil reais. O Governador fez como o Governador Anchieta faz, sem os ouvidos e não dá ouvidos a ninguém. E o que eles fizeram? O Sindicato, em reunião, optou por fazer um pedido de demissão em massa. Os médicos fizeram isso, e o Governador, imediatamente, decidiu ouvir a classe médica lá. Eles disseram que, agora o plantão seria de 1.200 reais. Faço uma analogia a respeito disso, a classe dos profissionais da saúde, digo isso sendo esposo de uma médica, vocês têm a força que este Parlamento não tem, vocês param este Estado. Perguntem se o Governador que está andando com a candidata dele pedindo voto e o comercial mostra como a saúde está uma beleza, se ele vai querer que este Estado pare? Ele não vai não. Então, façam suas reivindicações e continuem fazendo a pressão que, talvez, o Governador desça do lugar onde ele acha que está, pois ele se acha Deus. Outra observação, não é só a classe da saúde que está com problema não. Hoje este aqui a classe dos professores que está na eminência de uma outra greve e, mesmo assim, você não tem Governo que dê ouvidos às pessoas.

Tenho certeza que o presidente é diferente da autoridade do executivo e esta Casa está aberta a vocês e a qualquer outra e todos os projetos que estiverem aqui, com autorização da Mesa, serão discutidos com vocês. Era isso o que eu tinha a dizer.

O Senhor Deputado Jalsler Renier – Senhor Presidente, só gostaria de fazer uma colocação no tocante aos Requerimentos de Pedido de Informação. Quando Vossa Excelência colocou em votação e pediu para que os Deputados que concordassem permanecer como estavam, eu confesso a Vossa Excelência e quero aqui apresentar o meu voto contrário porque, no momento em que nós estávamos, no momento em que Vossa Excelência estava fazendo a leitura dos votos de Pedido de Informação, eu, pelo menos, não tive a chance de ouvir atentamente a questão da leitura dos pedidos. Então, gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário a todos os Pedidos de Informação aqui, até porque eu não estava sentado, eu estava de pé, e o Regimento diz que permaneçam sentados os Deputados que concordam. Então, como eu estava de pé, é bem verdade que o meu voto é divergente. Eu gostaria de dizer que, em relação ao que o Deputado Marcelo falou, todos os Deputados, que não estão de resolução, terão, certamente, os seus vencimentos suspensos, conforme

resolução aprovada por esta Casa, delegada pela Mesa Diretora com autoridade dos Senhores Deputados. Então, todos os parlamentares, Vossa Excelência não se preocupe, que isso corre por conta do setor de recursos humanos desta Casa.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que o único Deputado que está de resolução é o Deputado Joaquim Ruiz. Quero dizer a Vossa Excelência que, na verdade, é matéria preclusa. Mas, vamos deixar registrado o seu voto contrário, uma vez que foi dito “permaneçam como estão”.

E, não havendo nenhum Deputado que queira usar este Expediente e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 04 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsler Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/09/2012



PROCON

ASSEMBLEIA



**À voz do
Consumidor**